



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segunda Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SEGUNDA REUNIÃO CONJUNTA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2004, PELAS COMISSÕES: MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO FEDERAL; E DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da segunda reunião conjunta de audiência pública de 2004, com a participação das Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação — cujo Presidente, Deputado Nelson Bornier, aqui está presente; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. E do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Fiscalização e Controle.

O tema a ser debatido será a avaliação dos cumprimentos dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do primeiro semestre de 2004, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Convidado: Sr. Henrique de Campos Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Encontra-se também presente o Sr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Diretor do Banco Central que acompanha o Presidente da instituição.

À medida que forem chegando, os Presidentes das Comissões tomarão assento à mesa.

De acordo com o estabelecido, o palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição, não podendo ser aparteadado.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Está aberta a lista de inscrição.

Com a palavra o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, honra-me mais uma vez fazer a prestação de contas do Banco Central ao Congresso Nacional.

Mais do que a obrigação e o dever, o Banco Central tem, como disse, a honra de aqui prestar contas dos resultados da instituição, dos resultados previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na LDO, da evolução da política econômica no Brasil, dos resultados da economia.

Hoje é um dia particularmente auspicioso para o Brasil, uma vez que foram há pouco divulgados pelo IBGE os números do crescimento do País no terceiro trimestre de 2004. Foram números fortes: houve no trimestre crescimento de 1% sobre o trimestre anterior, o que significa mais de 4% de taxa anualizada.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Mais importante foi ter sido alto o crescimento sobre o ano passado — falaremos sobre isso a seguir — e ainda mais relevante o fato de o País ter crescido ainda durante o ano de 2003.

Preocupou a muitos, legitimamente, a divulgação, no início deste ano, de que o Brasil teria encolhido, decrescido o produto em 0,2% no ano anterior. O fato é que aquele era um número preliminar e, feita e divulgada pelo IBGE, a revisão final, temos a satisfação de concluir que ano passado o produto na realidade cresceu 0,5%. O dado é muito importante porque aumenta a base de comparação e, mesmo sobre uma base, que ano passado já apresentamos crescimento, o produto cresce de maneira vigorosa.

Cabe ainda dizer que, já no último trimestre do ano passado, as taxas de crescimento também se apresentaram muito vigorosas e importantes.

Voltarei a esse assunto quando falar sobre o desempenho da economia, mas não poderia deixar de iniciar por essa excelente notícia trazida com a divulgação, pelo IBGE, dos números relativos ao final do ano passado.

Bem, vamos começar pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Farei uma apresentação que se fixará em alguns pontos básicos: o resultado do Banco Central, nos termos definidos pela lei; os objetivos do Banco Central, segundo as definições da LDO, no que diz respeito à inflação, crédito, política cambial, decisões de política monetária e possíveis efeitos fiscais; a retomada da atividade econômica; e uma pergunta importante sobre se a retomada tem fôlego.

Vamos começar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Gostaria de mencionar que, em sessões anteriores, já durante alguns anos, existem algumas divergências de interpretação sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e o que é demandado do Banco Central na apresentação a esta Comissão.

A apresentação será feita nos termos estritos da lei, quando ela diz que: *“O Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões Temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária — vamos falar sobre isso —, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”*.

Vamos começar com os resultados demonstrados nos balanços, nos termos da lei.

O resultado apurado pelo Banco Central, no primeiro semestre de 2004, foi positivo em 2,8 bilhões de reais e decorreu de receitas e despesas de suas operações.

Vamos agora detalhá-lo.

Passamos a uma demonstração do balanço do Banco Central nas suas contas de receitas e despesas. Primeiro, os saldos de principal, que totalizam 526 bilhões de reais. No caso de mercado aberto, por exemplo, 301 bilhões; área externa, 203; outras operações, 21. Há um número arredondado de cerca de 3 bilhões de reais na coluna da direita, e, na de resultados, os números totalizam aproximadamente 2,8 bilhões reais. O número preciso é 2 bilhões, 795 milhões e 700 mil reais.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em ambas as situações contempladas no Orçamento Geral da União, o saldo da conta do Tesouro, se positivo após o reajuste de reservas, é transferido para a receita, como Receitas ao Tesouro Nacional; se negativo, é coberto como despesa pelo Tesouro Nacional.

Portanto, neste primeiro semestre, a conta alocada ao Tesouro foi positiva e transferida como receita do Tesouro Nacional.

Se olharmos agora um item do balanço, o da demonstração de lucros e perdas do Banco Central, que é a área de mercado aberto do Tesouro Nacional, vamos ver os diversos componentes do ativo que geram receitas — LTNs, 124 bilhões; LFTs, etc. — e, na coluna da direita, os diversos resultados de receita desses títulos que estão na carteira do Banco Central, o passivo de mercado aberto, as notas do Banco Central, compromissos de recompra e remuneração ao Tesouro na Conta Única do Tesouro Nacional no balanço do Banco Central.

A remuneração na Conta Única do Tesouro Nacional é a taxa média aritmética ponderada da rentabilidade dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do Banco Central. Com base em todos aqueles títulos de emissão do Tesouro que estão em poder do Banco Central, calcula-se a taxa média, e essa é a taxa usada para remunerar a Conta Única do Tesouro Nacional. No semestre, a taxa de remuneração acumulou 9,45%.

Passamos agora à área externa, em que há um total de ativos de 203 bilhões de reais; depósitos, 87, depósitos no exterior ou banco de compensações internacionais, Bank for International Settlements, na Basileia, outros títulos — moedas estrangeiras a receber, etc. — e depósitos de organismos no passivo, empréstimo do Fundo Monetário Internacional, moeda estrangeira a entregar, etc.

O resultado dessa conta foi de cerca de 4 bilhões de reais positivos; do mercado aberto, como os senhores viram na projeção anterior, foi neutra, não teve resultado positivo nem negativo. Portanto, o resultado final dessas operações é de cerca de 2,8 bilhões de reais positivos.

Entramos agora no passo seguinte, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece que *“serão analisados, especialmente, os desvios verificados em relação aos parâmetros projetados nos Anexo de Metas Fiscais (...) e o impacto líquido do custo das operações com derivativos e de outros fatores de endividamento público.”* Então, vamos agora fazer uma apresentação especificamente sobre as operações de *swap*, que é uma forma de derivativo.

Esse é o sumário das operações ainda existentes de derivativos no balanço do Banco Central.

Tínhamos, no final de 2003, como os senhores podem ver, cerca de 109 bilhões de reais; e hoje, em 2004, até o dia 30 de junho, cerca de 57 bilhões de reais. Esse número está caindo exatamente porque o Banco Central não está renovando a maior parte do vencimento das operações de derivativo, *swap* cambial, na medida em que a maior credibilidade do Brasil hoje faz com que exista uma demanda menor por *hedge*, por proteção cambial. Além do quê, existe um objetivo da administração, do Governo, de diminuir o endividamento indexado à moeda estrangeira. Estamos diminuindo isso de forma importante. Vou mostrar depois os saldos.

Temos, portanto, esses resultados projetados no gráfico seguinte, onde temos um resultado negativo de cerca de 1 bilhão de reais de outras operações. O saldo de derivativos já foi apresentado,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

portanto, nas operações de mercado. No caso de outras operações, temos 1 bilhão de reais de saldo negativo.

Finalizando, no consolidado, de 2,8 bilhões de reais. É, nesse aspecto, da maior importância mostrarmos que a conta do Banco Central está transferindo resultados positivos para o Tesouro Nacional no primeiro semestre de 2004.

Vamos passar para a nossa próxima etapa, que é o impacto da política monetária. Gostaria de mencionar que o resultado do Banco Central, antes de ser transferido ao Tesouro, prevê a constituição de reservas. A reserva foi de 12%. São reservas para oferecer maior segurança às operações do Banco Central — de acordo com a Medida Provisória nº 2.179-36. Nesse aspecto, portanto, o líquido transferido ao Tesouro, depois da constituição da reserva, foi de 2,5 bilhões de reais.

Passamos à etapa seguinte, como mencionei, relacionada aos objetivos do Banco Central, outro item importante da LDO. Mostro agora a LDO, que diz que: “(...) *os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial os parâmetros e as projeções (...)*” — que vamos mostrar — “(...) *bem como as metas de inflação estimadas para o exercício de 2004, conforme o art. 4º, § 4º da Lei Complementar.*”

Objetivos do Banco Central. Primeiro, a política monetária. O objetivo do Banco Central, fixado pelo Conselho Monetário Nacional, relativo à política monetária, no ano de 2004, é o cumprimento da meta de inflação fixada pelo Conselho, de 5,5%, para 2004, com tolerância de mais ou menos 2,5%, condição necessária para o crescimento sustentável de médio prazo.

Em relação à política creditícia, os objetivos são de ampliar a oferta de crédito e o acesso da população a ele — não há metas formais de aumento de crédito. Na política cambial, pretende-se o aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante.

Vamos passar ao objetivo de política monetária no que diz respeito à inflação e ao objetivo de perseguir a meta de inflação para 2004, de 5,5%, com a variação positiva ou negativa de 2,5%.

Em primeiro lugar, no primeiro trimestre de 2003, a inflação média mensal era de cerca de 1,7%. Nos últimos 12 meses, até outubro, a inflação média mensal encontra-se em 0,55%. Os senhores e senhoras podem acompanhar a evolução das inflações mensais no Brasil nos últimos meses e no decorrer no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Peço silêncio. Alguns Parlamentares estão reclamando que não estão ouvindo bem. Solicito aos nossos operadores que, se possível, aumentem um pouco o som, para que seja mais audível.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Prosseguindo, vamos ver que a inflação no Brasil, acelerada durante o final de 2002, devido à depreciação da moeda, resultado da crise cambial por que passou o Brasil, atingiu um pico, no acumulado de 12 meses, de cerca de 17,2% durante os 12 meses que antecederam maio de 2003. Isso veio caindo, como resultado do sucesso da política monetária do Governo, do Banco Central, atingindo um número já abaixo, inclusive, da trajetória de metas, em maio de 2004, de 5,15%. A partir daí, houve uma estabilização, e temos hoje uma inflação



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

acumulada em 12 meses de cerca de 6,9%. Esses são dados históricos. Aqui não há nenhum tipo de previsão ou análise quantitativa, são simplesmente dados históricos do que tem ocorrido na inflação acumulada nos 12 meses passados.

Atendendo ao requisito legal, especificamente de como se comporta a inflação em relação à meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, vamos mostrar que em 2004 o intervalo superior da meta, o máximo admitido pelo Conselho era de 8%, para 2004 — abaixo do intervalo de tolerância —, foi de 7.3%. Portanto, cumpriram-se as determinações do Conselho Monetário Nacional, nos 12 meses encerrados em novembro de 2004. Até novembro estamos dentro do intervalo determinado pelo Conselho.

Os Srs. e Sras. Congressistas podem querer saber muito bem qual a previsão para o ano de 2005, ou 12 meses à frente, ou para o próprio ano de 2004. Estamos apresentando a previsão de mercado, agentes econômicos, universidades, institutos de pesquisa, empresas, centrais, etc., sobre a inflação. É uma média coletada pelo Banco Central que mostra que a expectativa da inflação, 12 meses à frente, no último dado disponível, era de 6,25%. Portanto, dentro também do intervalo de tolerância definido pelo Conselho Monetário Nacional.

Muito importante também o fato de que a inflação, em termos de expectativa, já mostrada no gráfico anterior, para o ano de 2004, está também na faixa admitida pelo Conselho Monetário Nacional, de %. É a última pesquisa registrada nessa projeção. Portanto, a expectativa de inflação para o ano de 2004 está dentro da expectativa definida e das metas do Conselho Monetário Nacional e do seu intervalo de tolerância.

Objetivos do Banco Central no que diz respeito a crédito. Temos como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há, portanto, metas formais em relação a isso. Mas podemos observar, na projeção, que, desde o segundo trimestre de 2003, a oferta de crédito do segmento livre vem crescendo a taxas superiores ao produto, tendo passado de 13,3%, em março de 2003, para 15,2%, em outubro último. Portanto, a oferta de crédito livre na economia está crescente. Créditos livres, no caso, são operações formalizadas com taxas de juros livremente pactuadas entre os mutuários e as instituições financeiras e que não estão atendendo a determinações legais com os créditos direcionados.

Vemos aqui de novo que a oferta de crédito no segmento livre se acentuou, a partir de setembro de 2003, com a consolidação do quadro de estabilidade macroeconômica e a queda do *spread* bancário.

Spread bancário.

Não há dúvida de que o *spread* bancário no Brasil ainda é alto. Mas a boa notícia é que está caindo. Houve uma estabilização, um pequeno aumento recente, mas a tendência é cair, como estamos observando nesse gráfico, em que passa acima de 33%, caindo para cerca de 27%. Há uma trajetória cadente. Mas há muita coisa a se fazer na área de *spread* bancário.

Temos em análise, no Congresso Nacional, um item da maior importância, a nova lei de falências. Há outros projetos em andamento, como, por exemplo, a nova central de risco,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

implementada pelo Banco Central, que vai colaborar nesse sentido. Há, portanto, uma série muito grande de medidas que estão sendo tomadas.

Há um outro projeto de lei muito importante no que diz respeito à definição das funções do CADE e do Banco Central, à definição da fiscalização e da implementação da melhor competição entre o sistema financeiro. Em resumo, há dados que mostram que, apesar dessa queda, existe um trabalho muito grande a ser feito, e estamos empenhados na sua continuação.

Objetivos do Banco Central no que diz respeito à política cambial: aperfeiçoamento do regime de câmbio flutuante. Esse é o objetivo principal.

Em primeiro lugar, gostaria de mencionar a taxa de câmbio do real, levada em consideração a cesta de moedas formada com a pauta de exportações do Brasil para os países emissores dessas moedas. Nota-se que o dólar tem depreciado em relação à maior parte das moedas do mundo, inclusive o real, mas que a taxa de câmbio real efetiva, construída, portanto, com base em uma cesta de 15 moedas, tem mantido um grau de volatilidade relativamente baixo em termos históricos no Brasil.

Se analisarmos o resultado da política cambial no que diz respeito à evolução do saldo das contas correntes, veremos que o resultado das exportações era fortemente negativo entre a segunda metade da década de 90 e 2002; deverá fechar 2004 em saldo positivo, acima de 1,6% do produto; acumulado até outubro, o saldo está em torno de 2% do produto.

Essa é portanto uma situação historicamente positiva no Brasil, ou seja, há um crescimento com um saldo positivo de conta corrente. É muito importante mencionarmos especificamente esse fato. O saldo de conta corrente muitas vezes era negativo e ficava fortemente negativo quando o País crescia e aumentava a vulnerabilidade externa. Atualmente, o Brasil cresce com saldo de conta corrente positivo, o que é um dado de extraordinária relevância.

Se analisarmos o saldo da balança comercial de janeiro de 2003 até o momento, observaremos que tem tido constante evolução, e leva a um saldo acumulado dos últimos 12 meses até outubro de 32,6 bilhões de dólares. É o maior saldo comercial da história do Brasil. Novamente, no momento em que comemoramos o vigoroso crescimento do PIB, também podemos comemorar o saldo positivo, o *record* histórico de 32,6 bilhões de dólares.

Temia muito no passado recente, que, no momento em que a economia voltasse a crescer, portanto as importações comesçassem a crescer, isso faria com que o saldo desaparecesse rapidamente, como ocorreu em outras oportunidades. Mas isso não aconteceu, e V.Exas. podem notar que as exportações estão crescendo de forma mais vigorosa do que as exportações num primeiro momento. O saldo comercial se mantém. Isso mostra a força competitiva da economia brasileira, o resultado do processo de estabilização da economia que faz com que os exportadores tenham confiança para planejar o futuro, para investir em produto, em canais de distribuição. Isso faz com que a exportação brasileira fique cada vez mais competitiva.

Temos, portanto, um quadro no qual o Banco Central cumpre as metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional, segundo as expectativas do mercado; o saldo



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

comercial, o maior da história, positivo de conta corrente, e o País crescendo a taxas vigorosas. De fato, é um resultado extraordinariamente positivo da economia brasileira.

Muitos analistas têm-se preocupado — é uma preocupação legítima — com o fato de o aumento das exportações brasileiros terem sido apenas resultado da evolução positiva dos preços, das *commodities*, a evolução positiva dos termos de troca. Esse gráfico mostra, se observamos a linha pontilhada em vermelho, os dois percentuais sobre o crescimento de 2003 sobre 2002 e 2004 sobre 2003; observaremos que a maior parte do crescimento, ou seja, 15,7% do ano de 2003 sobre 2004, num total de crescimento das exportações de 21 é resultado do aumento de volume, assim como ocorre em 2004. Ou seja, o Brasil está exportando, competindo mais, ganhando mercado em termos mundiais e oferecendo melhores condições para o desenvolvimento sustentado. Com isso, há possibilidade de não termos mais o tipo de vulnerabilidade externa que tínhamos, como vou mostrar mais adiante.

Outro dado da maior importância é a diversificação das exportações. Mostramos aqui que os mercados estão bastante diversificados. Temos, por exemplo, a União Européia, com 25,1%; os Estados Unidos, com 20%; a Argentina, voltando a ocupar um papel importante; a China; o México; o Japão; e outros países, com 31,1%. Isso mostra que o Brasil, de fato, está em uma posição de muito vigor, no que diz respeito à sua diversificação de exportações. Isso, de novo, é resultado do sucesso da política econômica hoje aplicada no Brasil.

Comércio exterior sobre produto. Esse é um dado da maior relevância para a diminuição da vulnerabilidade externa. Quanto maior o comércio exterior — que são as exportações totais somadas com importações totais — dá uma grande visão de como o Brasil está se tornando mais competitivo em termos internacionais. A indústria brasileira, a agricultura brasileira competem. Exporta mais; em compensação, tem condição de importar mais e, ao mesmo tempo, ter saldos importantes. Quer dizer, isso mostra, de novo, o sucesso da política econômica, mostra o sucesso do Brasil em competir nos mercados internacionais. Cresce e, ao mesmo tempo, diminui a sua vulnerabilidade.

Falando em vulnerabilidade, um dos dados de maior importância que tínhamos era a questão da dívida externa líquida e de como a dívida externa, em comparação com o Produto Interno, estava crescendo. Eu gostaria de mencionar que isso está sendo revertido, isto é, a dívida externa como percentagem do Produto está caindo. É uma outra mostra do sucesso que o Brasil tem encontrado também em eliminar suas vulnerabilidades.

Por que isso é importante? Porque o grande problema que temos enfrentado muitas vezes é que o Brasil começa a crescer, mas, se há uma crise externa, o Brasil, em função disso, entra também em crise. Agora, estamos cada vez mais imunes às flutuações dos mercados internacionais.

Um outro item da maior importância nesse aspecto é o total do pagamento de juros sobre exportações. Em um certo momento, 35% das exportações totais brasileiras eram usadas para pagar juros. Isso deixava o País em uma posição vulnerável. Hoje, ao redor de 15% das exportações são usadas para pagar juros. De novo, a vulnerabilidade externa do País decresce.

O mesmo item, dívida externa líquida total, sobre exportações. Chegou a atingir 3,6 vezes o total da dívida externa sobre as exportações. Hoje já está atingindo cerca de uma vez e meia.



CONGRESSO NACIONAL **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Portanto, de novo é um dado da maior importância. O Brasil, de novo, diminui a sua vulnerabilidade às mudanças na aversão ao risco nos mercados internacionais.

As reservas internacionais totais do Brasil estão estabilizadas em um patamar de cerca de 50 bilhões de dólares, em que se incluem os empréstimos do Fundo Monetário. Mas é importante mencionar que o Brasil, portanto, tem um patamar de reservas confortável. Se tirarmos desse número os empréstimos do Fundo Monetário, mesmo assim vemos uma trajetória crescente das reservas. Por exemplo, se tirássemos os empréstimos do Fundo Monetário, sobriariam, segundo as projeções de dezembro de 2003, para dezembro de 2004, cerca de 21 bilhões de dólares. O número previsto hoje é de cerca de 24,4 bilhões de dólares. O importante, portanto, é que o Brasil está, mais uma vez, diminuindo a sua vulnerabilidade externa, e as diversas políticas anunciadas pelo Banco Central, pelo Tesouro, nessa direção, confirmam isso.

Outra medida de risco importante, de vulnerabilidade, com grandes impactos na taxa de juros interna de prazo médio é o Risco Brasil. Quer dizer, existe uma correlação importante entre o Risco Brasil e as taxas de juros que prevalecem na economia no prazo médio. O Risco Brasil mais uma vez vem numa trajetória cadente, dado muito importante. Se olharmos o primeiro semestre de 2004, quando os mercados internacionais ficaram um pouco preocupados, um pouco mais nervosos em função da política monetária americana, o Risco voltou a subir, mas voltou a cair, porque os fundamentos da economia brasileira estão cada dia mais sólidos.

Muito bem, vamos agora falar sobre um tema que tem sido objeto de discussão nesta Comissão em reuniões anteriores. Alguns dos Srs. Parlamentares têm a interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal de que o impacto das operações do Banco Central não é apenas nas operações do Banco Central, conforme determinado no balanço e conforme determinado numa interpretação mais literal da lei, mas que se deveria analisar o impacto não só nas operações do Banco Central, mas das decisões do Comitê de Política Monetária sobre a dívida pública. Então, esse tem sido um tema que entendo objeto de muita discussão nesta Comissão durante várias sessões.

Atendendo portanto à determinação desta Comissão, no sentido de que vários Parlamentares têm solicitado isso, nós fazemos uma análise dessa questão, que é o possível impacto das decisões do Comitê de Política Monetária sobre a dívida pública.

A primeira coisa que eu gostaria de mencionar é que o impacto direto dos juros de curto prazo, cujas metas são definidas pelo Comitê de Política Monetária nas contas públicas, é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Não é o único, esse é o ponto de maior importância. Por quê? Porque a política monetária também tem efeitos fiscais indiretos fundamentais. Por exemplo, por meio dos seus efeitos sobre as expectativas da inflação, da taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Portanto, todos esses aspectos são importantes da política fiscal. Não é apenas dizer: os juros subiram, abaixaram, tem um impacto aqui na dívida. Não é isso. É importante nós olharmos todos esses aspectos da consequência da política monetária, o crescimento do País e, portanto, o efeito sobre o produto, o efeito sobre a arrecadação pública, a política cambial, o efeito disso na dívida externa, etc., etc., como mencionei. Um efeito importante, uma maneira de se avaliar o efeito fiscal da política macroeconômica, portanto — se estou dizendo



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da política macroeconômica, quer dizer, não apenas uma decisão de política monetária, o efeito da política macroeconômica no endividamento público —é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Esse é um dado que no nosso entendimento mostra o resultado das políticas macroeconômicas sobre o Tesouro Nacional e sobre o endividamento público.

Se olharmos esse dado, veremos que essa dívida pública líquida total, que tinha atingido cerca de 61,6% do produto em setembro de 2002, tínhamos apresentado aqui esse dado, que é o dado agora de dezembro de 2003; tinha atingido cerca de 58,7% em dezembro de 2003 e, portanto, estamos aqui mostrando um intervalo da nossa prestação de contas hoje, que é o primeiro semestre de 2004, isto é, comparando o número de 2003, em dezembro, com o número de outubro de 2004, que é um número atual. Nesse período, tivemos uma queda da dívida pública com um percentual do produto de 58,7% para o número de hoje, de 53,7%. O número do primeiro semestre também é cadente. Houve uma trajetória cadente desde dezembro até outubro, como mostramos, mas certamente é também o número de junho.

Assim, é muito importante observarmos, no efeito total da política macroeconômica, que a dívida pública em relação ao produto está caindo. Se olharmos somente o efeito específico, o dos juros sobre as LFT, por exemplo, vamos ter uma distorção, porque estamos levando em conta o efeito total da aplicação das políticas macroeconômicas.

Essa a maneira que me pareceu mais adequada de endereçar a preocupação dos Srs. Parlamentares. V.Exas. não devem olhar somente o resultado do Banco Central em si, mas também o resultado da política macroeconômica e das decisões do Banco Central no escopo da política econômica.

Com relação ao ano de 2004, mostramos os números mais detalhadamente, espera-se que haja uma diminuição — são estimativas para o final de 2004 — de 3,5% da dívida sobre o produto. Há aí uma explicitação dos diversos itens dessa queda.

Confirmando-se essa tendência e com os dados disponíveis hoje, podemos projetar, portanto, segundo a média das projeções do mercado, que essa relação continuará a diminuir com a continuada implementação da atual política econômica.

Retomada da atividade econômica.

Em primeiro lugar, esses números evidentemente foram ultrapassados pela revisão divulgada hoje pelo IBGE. É com grande satisfação que podemos dizer que o Produto Interno Bruto cresceu, no primeiro ano desta administração, em 0,5%.

No começo deste ano, havia sido divulgado que no ano passado houve um crescimento negativo do PIB, mas o número final de 2003 foi de 0,5%. Esse é um dado importante e mostra que o Brasil saiu de uma crise cambial grave, que em outros países levaria uma contração de produtos durante muitos anos, como ocorreu em alguns dos nossos vizinhos. No entanto, o Brasil já começou a crescer no primeiro ano depois da crise. Mais importante: o Brasil está crescendo a taxas vigorosas. Cresceu 1% no terceiro trimestre de 2004. Isso depois de ter crescido, no primeiro trimestre, 1,8%; no segundo, 1,4%, conforme os números revisados, e, no terceiro, 1%. Ao ano, até o terceiro trimestre, já cresceu 5,3%.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em resumo, é um crescimento extraordinário, mostra o sucesso do País, da política econômica. O Brasil está crescendo. Ao mesmo tempo que melhora os seus fundamentos, decresce a sua vulnerabilidade e dá condições para que tenhamos um crescimento sustentado nos próximos anos. Isso vai melhorar e mudar substancialmente as condições de vida do povo brasileiro.

É um crescimento sustentado continuado, não um crescimento que obedeça ao padrão de arrancadas e freadas súbitas. Vai gerar emprego, como já está ocorrendo.

Um dado da maior importância que gostaria de ressaltar na divulgação do IBGE de hoje é que o investimento está crescendo. Isso é muito importante. Por exemplo, dados da formação bruta de capital fixo, forma de medir um investimento, cresceram, este ano, até o terceiro trimestre, 11,5%, crescimento divulgado pelo IBGE até o terceiro trimestre. Cresceu 8,7% no trimestre. Portanto, é algo da maior importância.

Para os senhores terem idéia, o número que havia decrescido ano passado, cresceu 2,8% no primeiro trimestre, 4,8% no segundo, 8,7% no terceiro. Ou seja, o investimento na economia brasileira está crescendo. Isso confirma o ponto de que estamos criando as bases para um crescimento sustentável. Verificamos que a economia e os investimentos estão crescendo, as exportações e o saldo comercial batem recorde, o saldo de conta corrente é positivo, a vulnerabilidade diminui. Portanto, nossa economia está entrando no chamado círculo virtuoso de crescimento sustentável.

A produção industrial cresce, ao contrário dos países que passaram por crises similares, em cima do pico. A partir de maio, está havendo a maior produção industrial da história. Estamos crescendo de forma continuada.

Por categorias de uso, chamo a atenção para o número da direita. De janeiro a setembro, houve o crescimento de 9%, se compararmos um ano ao outro. Taxa extraordinária em qualquer país do mundo.

Vendas no varejo. Preocupava-se com o consumo interno. Houve um crescimento constante e importante nos últimos meses, desde o meio do ano passado, das vendas no varejo por diversos segmentos e vendas no varejo totais. Vou mostrar de janeiro a setembro, portanto de 2004 sobre 2003, o número da coluna da direita em cima, 8,9%. Se observamos móveis e eletrodomésticos, combustíveis e lubrificantes e supermercados, veremos que existem crescimentos desiguais, mas positivos em todos os segmentos.

Emprego formal. Grande preocupação deste Governo, do País, da população, deste Congresso, dessas Comissões. Não há dúvida de que a prioridade é a criação de empregos. A criação de empregos no Brasil é a maior da história. Criamos este ano no País quase 1,8 milhão de empregos no mercado formal. Há um crescimento constante, desde junho de 2003. São dados do Ministério do Trabalho, do CAGED, o total de carteiras assinadas no País. O número de empregos criados no Brasil em 2004 foi de 1 milhão, 796 mil e 400, números precisos, *versus* 657 em 2000, por exemplo. O decréscimo de 121 mil vagas em 1997, 412 em 1995, em 1994 o crescimento foi de 274. Isso para mostrar a força da criação de novas vagas de trabalho no mercado formal brasileiro. Quero dar a



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

visão de que esse crescimento está na indústria, nos serviços, no comércio, na agropecuária, etc. Mostra o vigor da expansão da economia.

A taxa de desemprego tem uma característica sazonal, sobe durante o primeiro trimestre e cai no último trimestre. O número de pessoas que procura o mercado de trabalho no início do ano é grande, aumentando, portanto, o desemprego, e diminui no último trimestre. O mais importante é que em outubro, no começo do último trimestre, já estamos igualando o número mais baixo dessa série de 10,5%. A previsão é de que isso vá atingir um dígito, um número extremamente auspicioso para o Brasil. É alto ainda, mas a trajetória se revela positiva e auspiciosa.

Emprego industrial. Uma reta ascendente, de muita relevância.

Massa salarial real na indústria. As pessoas às vezes me perguntam: “*Mas e a renda? A renda caiu*”. Não. O que caiu foi a renda média, algo estatístico daqueles que têm trabalho. A renda *per capita* subiu, porque subiu o produto. A renda média é calculada sobre a renda média daqueles que têm emprego. No entanto, o número de empregados aumentou, o que significa que a renda total subiu. Para que V.Exas. entendam minha mensagem, seria como se fôssemos uma família, em que duas pessoas trabalhassem, marido e mulher, cada um ganhando, por exemplo, 1 mil reais, e que tivesse um filho que não trabalhasse e estivesse estudando. A renda *per capita* dessa família seria 2 mil reais dividido por 3. Portanto, seria de 666,6 reais. Vamos dizer que a renda *per capita*, no mês seguinte, não mudasse, porque somente os 2 continuaram a trabalhar. Mas, no outro mês, o filho começa a trabalhar e passa a ganhar 400 reais. A renda total da família aumentou de 2 mil para 2 mil e 400 reais. A renda média dos que têm emprego na família é de mais ou menos 800 reais.

Por que a renda média no Brasil caiu? Por uma razão muito simples. A construção civil, como vou mostrar, está crescendo muito e o salário da construção civil é menor, mas ela está absorvendo desempregados. Portanto, a renda total, que é a massa salarial real, na indústria, por exemplo, está crescendo. Esse é o dado de maior relevância. Nas negociações salariais, estamos vendo que está existindo um ganho. Portanto, 47,3% das negociações estão revelando um percentual superior ao INPC.

Como mencionei, a produção de insumos da construção civil está crescendo, resultado de uma série de reformulações na legislação aprovada por este Congresso Nacional.

Última pergunta: a retomada tem fôlego? Pois bem. Gostaríamos de mencionar que a expectativa dos agentes econômicos para o crescimento de 2004 tem estabelecido uma tendência crescente. A última que temos registrada no Banco Central foi de 4,7, mas, certamente, com a divulgação do crescimento do produto do terceiro trimestre, pelo IBGE, hoje acreditamos que essa expectativa deva subir, na medida em que a economia já cresceu mais de 5% até agora.

Portanto, de novo, números impressionantes, importantes, que mostram que a economia brasileira vai na direção correta.

Outro dado muito importante: a confiança dos consumidores. Os consumidores estão confiantes na economia? Dados da FECOMÉRCIO de São Paulo mostram que o nível de confiança dos consumidores na economia brasileira está crescendo de forma muito relevante e atingindo níveis



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito importantes. É o nível mais alto da série pesquisada de confiança dos consumidores. Dado importante para o futuro.

Alguns dos senhores podem me perguntar se os empresários estão muito desanimados. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, em pesquisa conjuntural de muita relevância, a confiança dos empresários está crescente. A linha preta representa o saldo. Em resumo, os empresários estão cada vez mais confiantes na formulação de decisões de investimentos.

Agora, há uma comparação entre a venda de supermercados, na esquerda, com a linha vermelha, e a massa salarial, a renda total. Na escala da direita, vamos ver de novo, a partir da metade de 2003, as duas linhas crescendo, vendas em supermercados/massa salarial, mostrando que a capacidade de consumo da população está aumentando e isso está se refletindo nas vendas.

Capacidade utilizada. O crescimento recente da demanda provocou um aumento gradual da capacidade utilizada na indústria, que se encontra no patamar mais elevado desde o início da pesquisa, em 1991. De novo a indústria está trabalhando a capacidade total.

Por outro lado, alguém pode dizer: os bens de capital estão sendo produzidos para aumentar essa capacidade instalada? A produção de bens de capital atual supera largamente o pico de 2001 (apagão), marcado por forte demanda de equipamentos para a geração de energia.

É um dado extraordinariamente positivo e auspicioso para a economia brasileira. O investimento, no Brasil, está crescendo.

Resumindo, para que possamos responder às perguntas, diria que o Brasil está crescendo a taxas vigorosas, o investimento está crescendo, os empregos estão crescendo, as vendas estão crescendo, as exportações estão muito fortes e crescentes, o saldo comercial é o maior da história, os saldos de conta corrente são positivos, os índices de solvência são extraordinariamente positivos, o emprego está crescendo. Do ponto de vista do Banco Central os resultados foram aqueles apresentados. Do ponto de vista da política cambial, o resultado mostra acerto. Com relação à política creditícia, também os resultados são positivos. No caso da demanda da Lei da Responsabilidade Fiscal, em relação às metas de inflação, vou citar o resultado, precisamente, porque não ficou claro quando apresentei a projeção: a expectativa do mercado para o ano de 2004, ou seja, em relação ao desempenho da inflação, é 7,3%, enquanto a inflação acumulada nos últimos 12 meses foi de 6,3%. Portanto, está tudo dentro da trajetória de metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional, com o intervalo de tolerância.

Em relação ao comportamento da dívida pública, mostramos como o percentual do produto está cadente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Convido o Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados para fazer parte da Mesa.

Vamos passar ao debate.

Há vários inscritos. Faremos blocos de 3 ou 4 Parlamentares. Como há Deputados e Senadores, em cada bloco deve haver pelo menos um Senador. Será respeitado o direito de réplica.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O primeiro inscrito é o Deputado Alberto Goldman. Na seqüência, os Deputados Ricardo Barros, Pauderney Avelino e o Senador Eduardo Suplicy.

Cada orador fará uso da palavra por 3 minutos e depois terá direito à réplica. Nosso convidado terá direito à tréplica.

Tem a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Henrique Meirelles, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, esta foi uma exposição com dados numéricos, que evidentemente não podem ser contestados. Imagino que todos esses números tenham sido tirados de dados efetivos. Poderíamos fazer algumas objeções, como, por exemplo, com relação ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — CAGED, o que seria uma discussão longa, mas não é o caso de fazê-la agora.

O importante é que os dados não batem com a realidade. Os números são expressivos, são uma recomposição de uma situação que passamos nos anos de 2002 e 2003. Em muitos desses índices estamos voltando aos anteriores a 2002 e aos de 2002. Outros, evidentemente, estão em crescimento, como é o caso das exportações, a melhoria dos fundamentos da política. Mesmo antes de V.Exa. estar na Presidência do Banco Central temos ouvido falar dos fundamentos da economia brasileira.

Esses números indicam médias: a indústria cresce, em média, tanto; os salários estão crescendo, em média, tanto; a massa salarial está crescendo tanto. São todos números médios. Devo dizer a V.Exa., porém, que, na realidade, verificamos, no dia-a-dia, no contato com a população, com as pessoas, com as famílias e também com os agentes econômicos, que essa média não é homogênea. Não há homogeneidade na economia para afirmar: se há 5% de crescimento é porque há 5% de crescimento em todos os setores da economia ou o crescimento da massa salarial é o mesmo para todas as famílias. Não. O que percebemos é que existe uma brutal diferença entre a forma e o ritmo de crescimento de alguns setores da economia em relação a outros.

V.Exa. citou o setor da construção civil. A construção civil é muito genérica. Dados de acompanhamento desse setor mostram que a venda de imóveis, um elemento muito importante para a população de renda média ou menor, está absolutamente estagnada. Não há evolução nenhuma.

O setor de exportação está vendendo muito, puxando alguns outros setores também. O Banco Central teria informações mais detalhadas, por categorias, por setores, por renda familiar e por distribuição de renda? A sensação — porque não temos esses dados em mãos — é de que a distribuição de renda no País tem piorado e continua piorando.

Para nós esses elementos mostram a recuperação da economia, que é indiscutível, principalmente, em relação ao período que tivemos um decréscimo e uma retração muito fortes. Há uma recuperação dos níveis de emprego no âmbito geral, embora não saiba se há uma recuperação do nível dos vencimentos médios. Acho que não. Talvez, a nível de famílias, sim. Com mais pessoas trabalhando, pode ser que isso tenha dado à família um pouco mais. Mas a nível de rendimentos individuais, não.

Faltou um dado importante, o que é muito comum. Sempre que o Banco Central vem aqui só apresenta as tabelas cor-de-rosa. Aquelas mais cinzas, não. Por exemplo, evolução de taxa de juros.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É um elemento importante para pensar o Brasil para médio prazo, para longo prazo. A evolução das taxas de juros não foi apresentada e essa informação é fundamental. Nós temos hoje a taxa de juros real de 11% ao ano. Não conheço economia que possa se desenvolver a médio e longo prazo com taxa de juros de 11%, a não ser em situações muito especiais, de pessoas que já vêm investindo, pela necessidade de atender o mercado momentaneamente. Não vejo nenhuma hipótese de pensar investimentos a médio e a longo prazo com uma taxa de juro real a 11% ao ano — repito. Não há como fazer isso. Não há nenhum investimento produtivo que dê rentabilidade garantida de 11% ao ano. Faltaram esses dados.

Talvez V.Exa. possa mandar aquelas tabelas complementares, aquelas mais cinzas. Não apenas as melhores, mas aquelas que, certamente, foram afastadas da apresentação. Isso não é novidade. O Banco Central faz muito isso, sistematicamente. Podia nos mandar essas taxas e tentar nos mostrar como essa diferenciação de crescimento se dá nos diversos setores da economia e como ela se dá nos setores do consumo e da renda familiar e pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Ricardo Barros. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, Sr. Ministro, esta é uma nova apresentação do Presidente do Banco Central. Gostaria de dizer que estou muito feliz pelo cumprimento da lei. Na sua última apresentação fiz um requerimento para que o senhor retornasse à Casa em função de que a lei não estava sendo cumprida. Era mais uma propaganda do Governo do que propriamente uma análise dos balanços das contas públicas.

Ainda faltam, como diz o Deputado Goldman, alguns dados importantes. Mas já melhorou muito. As apresentações do Banco Central, que costumavam nem ocupar o tempo de 20 minutos, agora ocuparam 55 minutos. Isso representa que, realmente, quando viermos aqui para debater o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, teremos de discutir um pouco mais.

O Presidente, certamente, vai perceber que a discussão será mais longa, porque os dados são mais consistentes.

A meta de inflação é 5,5%, mais 2,5% de tolerância, vai estar no limite, porém muito próximo de ser ultrapassada — espero que não seja. Nós desejamos isso para o Brasil, mas estamos repetindo para o Orçamento do ano que vem também uma meta de inflação muito baixa e que, talvez, de novo, e para o seu cumprimento, exija a manutenção dessas elevadas taxas de juros.

Pergunto, então, ao Presidente do Banco Central se não poderíamos prever uma taxa de juros possível de ser realizada, a fim de que se cumpra a meta fiscal. Tem tudo a ver a meta da inflação com a taxa de juros que se pratica. De repente, em vez de fazermos uma proposta de meta de inflação baixa e taxas de juros altas, deveríamos tentar uma meta mais perto da realidade. Ano a ano essa meta vem sendo acima do que se prevê na proposta orçamentária.

A questão do crédito. O crédito está crescendo, mas muito pouco e sempre com a intermediação do Governo. Os bancos precisam aprender a emprestar aos particulares, e o Governo parar de concorrer com os particulares na tomada do crédito. Enquanto o Governo estiver pagando essas taxas de juros, nenhum banco vai emprestar a particular. Vai correr risco no empréstimo se



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pode ter garantia de remuneração com o Governo pagando essas taxas. Então, de novo, estamos recorrendo à questão das taxas de juros. Se as taxas fossem menores, os bancos, talvez, arriscassem emprestar a particulares a taxas maiores. E depois não é possível, mesmo aos juros do BNDES, uma empresa fazer o seu plano de viabilidade, com o seu resultado, descontada a carga tributária brasileira que cresceu muito neste Governo, sobrar ainda 11% líquido para pagar de juros. É muito improvável que algum ramo de atividade tenha essa possibilidade.

Sem dúvida, o saldo positivo em conta corrente é importante. Decorre da desoneração das exportações, da Lei Kandir, que o Governo não vem cumprindo. Os Estados estão em situação calamitosa, porque devem aos produtores exportadores, e o Governo está repassando, em média, 18% do crédito que deveria aos Estados.

Então, quanto a isso, também é importante uma atenção do Banco Central e da política econômica, porque os Governadores já estão resistindo a assinar protocolos para instalação de indústrias exportadoras. Estamos tentando instalar no Paraná uma indústria de papel de imprensa — meio bilhão de dólares de investimento. O Governador Requião não quer a indústria no Paraná, porque diz que não adiantará nada, que terá prejuízo, porque a indústria é imune e tem de dar um crédito de ICMS de 40 milhões por mês. Não quer a indústria lá. Então, o investimento que poderia vir ao Brasil de meio bilhão de dólares não vem, porque o Governo não está fazendo a devolução. Até não é o caso. Estamos propondo que essa desoneração venha também para a Lei Kandir, mas o Secretário da Fazenda diz que não adianta, porque o Governo não dá aos Estados o dinheiro que deveria. Então, esse é um ponto importante para garantir o crescimento das exportações e o saldo positivo na balança. Parece que as importações já estão superando as exportações na conta mensal, e vamos ter o preço das *commodities* reduzido. Há uma expectativa de supersafra em alguns dos produtos básicos, principalmente dos Estados Unidos, e vamos ter problemas aqui com o grande investimento feito pelos produtores rurais.

Esses preços internacionais das *commodities* nos ajudaram a formar esse quadro positivo apresentado pelo Presidente do Banco Central, mas preocupa-nos a sua continuidade.

Com relação aos novos empregos e à renda média menor desses empregos, faz-me refletir o quanto é gerado pelo crescimento da economia, que de fato está existindo, e quanto é gerado pelo arrocho da fiscalização do Ministério do Trabalho, especialmente sobre o microempresário. É cruel a forma como o Ministério do Trabalho está avançando sobre os microempresários, sobre a economia informal, que no Brasil passa dos 60%, que de repente são obrigados a enquadrar-se em uma situação tributária não compatível com a sobrevivência do seu negócio.

Um pouco desse número positivo dos empregos, que não chegaram aos 10 milhões nos 4 anos, dá-se pelo arrocho, pela fiscalização do Ministério do Trabalho. As delegacias estão recebendo metas de carteiras assinadas a serem cumpridas, a serem buscadas na fiscalização para diminuir a dificuldade que o Governo tem de prestar contas da falta do cumprimento da sua promessa em gerar 10 milhões de empregos.

Essas eram as observações técnicas que gostaria de fazer a respeito do relatório.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Politicamente falando, sempre vemos na imprensa que esse terceiro mandato do Fernando Henrique é o pior. Pelo menos para a economia não, pois foi a única coisa mantida do Governo anterior. Assim, podemos comemorar de fato um resultado bom, positivo, e a superação do Risco Brasil. Havia um medo muito grande de que o PT cumprisse todas as suas propostas e convicções. Isso foi abandonado.

Fico muito feliz quando ouço falar da despetização do Governo. Isso significa que o Presidente Lula passa a mandar e não o PT, o Ministro José Dirceu vai ter menos força e o Aldo Rebelo, que defende o Lula e não o PT, vai ter mais força. Isso é bom para o Brasil, pois o PT criou essa forma de financiamento público de campanha que toma 10% ou 20% do salário dos servidores e fez a campanha mais cara da história do País. Nunca se viu tanto dinheiro numa campanha política financiada por nós, contribuintes, por meio desse repasse, dessa troca da nomeação pela declaração, pela autorização de débito em conta corrente.

Espero que possamos resolver essa questão na reforma política. Aliás, vale lembrar que a surra que o PT tomou nas urnas, Sr. Presidente do Banco Central, não é o reflexo desses números tão positivos. Não faz nem um mês que o PT levou uma surra nacional. E não é porque os números da economia estejam tão bons.

É preciso também compreendermos as diferenças. De qualquer maneira, Sr. Presidente da Comissão, estou muito contente pelo cumprimento da lei. Talvez ainda devamos exigir uniformidade na apresentação dos gráficos. Quando a evolução é boa ao longo da história, o gráfico mostra toda a história. Mas quando a evolução é boa somente no último ano, o gráfico mostra apenas o último ano. E quando é boa só no último trimestre, o gráfico mostra somente o último trimestre.

Então, é preciso que haja um pouco de uniformização dos dados para que se possa ver, Sr. Presidente, o que realmente está acontecendo no País. Senão, dá a impressão de que está tudo uma maravilha, quando na verdade não está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Ricardo Barros. Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, espero que os meus 3 minutos sejam tão longos quanto os dos meus antecessores.

Sr. Ministro do Banco Central, Presidente Henrique Meirelles, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, não preciso mais falar sobre a credibilidade que V.Exa. tem à frente do Banco Central, principalmente em relação ao exercício do seu cargo no Congresso Nacional.

Vimos que o art. 104, inciso II, e também o art. 105, da Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda não foi devidamente atendido. Portanto, precisaríamos ter o relatório, que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional, no prazo mínimo de até 10 dias antes dessa reunião conjunta, conforme previsto nos arts. 9º e 105 da referida lei. Espero que no próximo quadrimestre, V.Exa. cumpra essa disposição.

Depois, Sr. Ministro Henrique Meirelles, gostaria que V.Exa. nos explicasse o resultado do Banco Central. No primeiro semestre de 2003, se não estou enganado, foi de 24 bilhões, 181 milhões



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

de reais; no primeiro semestre de 2004, de 2 bilhões, 795 milhões. Há uma redução considerável do lucro do Banco Central. A que se deve essa redução?

Sr. Presidente Henrique Meirelles, ouvi a explanação de V.Exa., firme, consistente, e parece, como já foi dito pelos meus antecessores, que estamos vivendo realmente em um outro País, porque o sentimento que vemos nas ruas não é o desse cenário cor-de-rosa que V.Exa. traz. É claro que os números não mentem, mas vai ficar a minha dúvida. Não tem nada a ver com V.Exa., mas com o IBGE. Um ano depois de ter revisado o resultado da macroeconomia de 2001, o PIB, que antes era de menos 0,2%, passou para 0,5%. Isso, a meu ver, cheira muito a uma certa química contábil por parte do IBGE, que nem precisaria fazer esse tipo de coisa, porque este ano realmente constatamos que há um crescimento da economia. Portanto, ninguém vai contestar que realmente a economia cresce. Mas esses números nos levam a crer que estamos vivendo em um país que é a réplica do paraíso.

Outro assunto que gostaria de abordar, Sr. Presidente, é que recebi, ontem, um pedido de socorro de um Prefeito do meu Estado que aplicou algum recurso da sua Prefeitura no Banco da Amazônia. Depois, quando o Prefeito foi fazer um saque, o gerente do banco disse que estavam presos no Banco Santos. Ora, o Prefeito não aplicou os recursos no Banco Santos. Foi uma instituição do Governo que recolheu os recursos da Prefeitura, portanto, recursos públicos, sob a responsabilidade do Banco da Amazônia, que fez a aplicação no Banco Santos.

Consta — gostaria que V.Exa. também nos informasse a respeito — que o Fundo Constitucional do Norte também está nesse *kit* levado de roldão pelo Banco Santos, aplicado pelo Banco da Amazônia. Esses recursos deveriam ser aplicados em benefício da população que vive no norte do Brasil e para promover o desenvolvimento econômico. O Banco da Amazônia, contumazmente, faz essa transação com os recursos do FNO, e agora se sabe que esses recursos devem ter ido parar no caixa do Banco Santos.

Portanto, peço a V.Exa. que nos informe a respeito dessa situação. Precisamos saber quais as conseqüências jurídicas advirão dessa atitude.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Encerrando esse primeiro bloco, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Em primeiro lugar, diante da observação do Deputado Ricardo Barros, quero dizer que, na verdade, houve um crescimento significativo do resultado das eleições para o PT, que alcançou o quarto lugar nas eleições de 2000 e, desta vez, foi o partido mais votado.

Quero me ater à questão econômica, primeiramente fazendo uma observação ao caro Deputado Alberto Goldman. Em relação ao coeficiente de equidade na economia brasileira — peço ao Presidente Henrique Meirelles que confirme esses dados se porventura houver elementos para 2004 —, o IBGE informou que, em 2002, o Coeficiente Gini era 0,563 e, em 2003, 0,555. Portanto,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no primeiro ano do Governo Lula, para o qual há indicadores de igualdade com base no Coeficiente Gini, o resultado foi positivo.

Pergunto ao Dr. Henrique Meirelles se, em decorrência do falecimento do extraordinário economista Celso Furtado, isso representou para a equipe econômica, sobretudo o Ministro da Fazenda na interação com o Presidente e Diretores do Banco Central e membros do COPOM, também uma reflexão. E por que razão? O Prof. Celso Furtado sempre procurou chamar a atenção para a importância de o Brasil conseguir, ao mesmo tempo, a estabilidade de preços, o crescimento da economia, sobretudo voltado para o mercado interno, ou seja, ele sempre enfatizou a importância do crescimento das exportações, mas era necessário sempre ter o vigor do crescimento do mercado interno, sobretudo para que a economia pudesse crescer de forma mais saudável e equilibrada.

O Prof. Celso Furtado vinha chamando a atenção para o poder tão forte, digamos, do setor rentista da economia. Para se ter a melhoria da distribuição da renda, faz-se necessário ter uma perspectiva de melhoria da remuneração, por exemplo, dos assalariados. Na medida em que vínhamos tendo uma proporção tão grande de pagamento para os que recebem juros na economia brasileira, isso tendia a prejudicar o objetivo de maior equidade na distribuição da renda. Com respeito a essa questão, pergunto ao Presidente Henrique Meirelles — e não vi nos quadros aqui apresentados — qual o volume de juros pagos pelo setor público. Em exposições anteriores, V.Exa. havia mostrado que de 2002 para 2003 ocorreu uma diminuição e que se previa nova diminuição para 2004 e 2005.

Peço a V.Exa. que nos informe sobre a evolução do total de juros pagos pelos setores públicos municipal, estadual e o maior, que é a União. E se este dado vem melhorando de maneira consistente, porque acredito que se a dívida líquida do setor público está diminuindo em relação ao Produto Interno Bruto, provavelmente está havendo uma melhoria significativa do ponto de vista da diminuição dos juros pagos pelo setor público.

Lembro-me de que o volume desses recursos chegou a atingir algo em torno de 145 bilhões de reais. Estava diminuindo para algo em torno de 120 bilhões de reais este ano. E é sobre esse número que gostaria de saber. E há um número ainda muito grande, por exemplo, em relação às transferências de renda de um programa importante, na minha avaliação, como o Bolsa-Família. Temos hoje cerca de 5,5 milhões de famílias no Bolsa-Família. Até o final do ano, teremos mais de 6 milhões. Corresponderão a 6 bilhões e pouco de gastos previstos no Orçamento deste ano. Para 2006, o Presidente Lula tem como meta atingir 11 milhões e 200 mil famílias, que significarão cerca de 10,5 bilhões no Orçamento da União, ainda um número bem inferior aos juros pagos pelo setor público.

Quero sugerir ao Presidente Henrique Meirelles que, em suas exposições, considere também os efeitos dos programas de transferência de renda, que avalio estão contribuindo para a melhoria da recuperação da atividade econômica, inclusive em regiões como a do semi-árido do Nordeste, onde este programa se iniciou com mais força no ano passado. Tenho obtido alguns informes, e aqui está o Deputado Nazareno, do Estado do Piauí, que poderá confirmar isso. O Governador Wellington Dias informou-me, há poucos dias, que, antes do Programa Bolsa-Família, a cidade de Teresina



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

arrecadava 80% de ICMS. Hoje, graças à recuperação da atividade econômica, por intermédio da injeção de recursos do Bolsa-Família, em todo o interior do semi-árido do Piauí, praticamente em todos os Municípios, essa proporção de Teresina diminuiu consideravelmente para cerca de 60%. Isso significa que está havendo, pelo interior do Estado do Piauí e provavelmente de todo o Nordeste, um aumento da atividade econômica, por conta dos inúmeros efeitos causados por um programa como o de transferência de renda. E como avalio seja muito importante o Governo aperfeiçoar esse sistema e melhorá-lo, até passando um dia do Bolsa-Família para a renda básica de cidadania, numa perspectiva de que isso ocorra nos próximos 4, 5, 6 anos, assim por diante, sugiro estar também no conjunto de dados apresentados por V.Sa os efeitos deste sobre o nível de emprego, sobre a atividade econômica e sobre o crescimento mais equilibrado da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senador Suplicy.

Concedo a palavra ao Presidente Meirelles, para que responda às perguntas feitas em bloco.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, vamos responder às perguntas de S.Exa. o Deputado Alberto Goldman, que menciona, e com razão, o fato de que, no processo de recuperação econômica, essa recuperação não é homogênea em todos os setores. Isto é uma característica comum, Deputado, de todos os processos de recuperação econômica. No caso específico do Brasil, esse processo obedeceu a exatamente aquele modelo seguido na maior parte das recuperações.

Em primeiro lugar, cresceram setores mais sensíveis a crédito, como resultado da flexibilização da política monetária do Banco Central, e também setores ligados às exportações. Isso gerou aumento de emprego, aumento da massa salarial total, aumento da renda e, em conseqüência, os setores mais sensíveis à renda, como mostrei nas transparências, começam a crescer de forma sustentada. Esse crescimento, portanto, passa a ser mais homogêneo. Estamos verificando, portanto, um processo natural em que a renda e a base salarial se recuperam e, em conseqüência, os setores mais sensíveis à renda começam a ter um desempenho cada vez melhor.

Em relação à construção civil, não há dúvida de que os dados que expus mostram uma recuperação importante da construção civil, mas de novo ela vai se dar, num primeiro momento, de forma não homogênea. Ela vai se homogeneizando na medida em que ocorre uma maturação do processo.

A segunda pergunta do Deputado foi sobre a questão das taxas de juros. O fato é que as taxas de juros no Brasil são altas, particularmente no segmento livre de crédito.

Pois bem. Gostaria de mencionar algo da maior importância: as taxas de juros no segmento livre de crédito da economia brasileira estão ainda altas, mas estão cadentes em termos históricos.

Usando como referência a Taxa SELIC, por exemplo, lembramos que, no ano de 1999, ela atingiu um patamar de 45% e, em 1997, de 43%. Em resumo, temos hoje uma taxa real de mercado, como mencionado pelo Deputado, nas estruturas de taxas de juros a termo, mas de novo são taxas comparativamente mais baixas em relação ao passado recente do Brasil.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A nossa expectativa, que suponho é a mesma de V.Exa., é que, na medida em que prossigamos o processo de estabilização da economia brasileira, esses resultados mantenham-se, como é a nossa expectativa que se manterão. Evidentemente, a expectativa é que o risco macroeconômico do Brasil continue a cair, o crédito continue a aumentar, portanto, as taxas de juros de longo prazo refletidas pelo mercado continuem a seguir essa trajetória cadente.

Falarei agora sobre a distribuição nos diversos setores. Em primeiro lugar, é muito importante dizer que um dos maiores fatores concentradores de renda é a inflação. E existem dados que mostram isso com clareza. Portanto, um das funções básicas de um Banco Central é manter a inflação dentro dos parâmetros definidos na estrutura de metas, exatamente para fazer com que isso, entre outras coisas, proteja o poder de compra do trabalhador, além de também ser uma pré-condição para o crescimento econômico. Não há crescimento econômico com inflação elevada registrado na história recente da humanidade.

Gostaria também de mencionar, em relação à questão de distribuição de renda, que, nos últimos dois trimestres, o consumo das famílias cresceu a taxas superiores às taxas do produto.

Também pergunta V.Exa. até que ponto já temos dados específicos de distribuição de renda entre os diversos segmentos. Essa pergunta está relacionada à do Senador Eduardo Suplicy, no que diz respeito ao Coeficiente Gini. Eu diria que o Coeficiente Gini para 2004 somente será anunciado com a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios — PNAD, em 2005. Portanto, ainda não estão disponíveis esses dados. No entanto, podemos informar, usando os números mencionados pelo Senador, que, em 2003, o Coeficiente Gini foi de 0,555%; em 2002, 5,3%, indicando tendência de melhora. Os indicadores são de que essa tendência deve seguir trajetória de melhora, em função, principalmente, do fato de que se está gerando emprego para a população que estava desempregada, melhorando, portanto, o rendimento. Esse é um dado da maior importância.

Quando à geração de empregos, de acordo com a Pesquisa Mensal de Empregos, do IBGE, foram gerados empregos formais e informais nas 6 principais regiões metropolitanas do País, o que representa um crescimento de 3% no ano, até setembro de 2004. Portanto, houve um crescimento no agregado dos empregos formais e informais, o que também tem aspecto importante na distribuição de renda.

Em relação aos setores, como mencionei, há dados que mostram crescimento em diversos setores, não só de bens de capitais, mas também de bens intermediários, por exemplo, que cresceram 7,4% ao ano; bens duráveis, 25%; semi e não duráveis, cerca de 4%. No caso de vendas no varejo, móveis e eletrodomésticos, 28%; combustíveis, 5,8%; supermercados, alimentos, bebidas e fumo, em torno de 5,9%; veículos, 18%; autopartes; vestuários, 5,3%.

O que vemos então é aquele quadro que já descrevi: setores mais sensíveis a crédito crescem no início. Posteriormente, setores sensíveis à renda começam a crescer, homogeneizando, portanto, o processo.

Antes de começar a responder às perguntas do Deputado Ricardo Barros, agradeço a S.Exa. o reconhecimento pelo fato de o Banco Central ter atendido à recomendação da Comissão no sentido de endereçar todos os aspectos de suas operações. E não só isso, mas também o efeito da política



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

macroeconômica no endividamento público como um todo. Anotamos também a recomendação de V.Exa., Deputado, no sentido de uniformizar os gráficos em futuras apresentações. Já estamos fazendo isso. Tivemos que mudar, até para atender às recomendações da própria Comissão, mas certamente agora, atendida a maior parte dessas recomendações, haverá campo de melhora, conforme mencionou também o Deputado Avelino. Certamente manteremos a consistência, mas dentro de um princípio de concordância entre a recomendação da Comissão e a ação do Banco Central.

Quanto aos empréstimos a particulares, nobre Deputado Ricardo Barros, o empréstimo à pessoa física está crescendo bastante, principalmente aquela modalidade de empréstimo por consignação em folha de pagamento, que tem a participação das centrais sindicais no processo de negociação e faz com que, pela garantia e maior transparência, as taxas de juros sejam muito menores. Isso está levando ao crescimento de empréstimos a particulares, a pessoas físicas.

Sobre o aumento da formalização, as pesquisas do IBGE indicam que a criação total de emprego e a formalização são positivas, pois trazem para o mercado de trabalho formal um número maior de trabalhadores, com garantias trabalhistas e demais direitos.

Com relação às perguntas do Deputado Pauderney Avelino, em primeiro lugar, quero dizer que anotamos com muito cuidado as recomendações de S.Exa. sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e melhoras que ainda podem ser feitas. Agradecemos a S.Exa. o esforço e certamente estamos preparados para continuar interagindo com S.Exa. a fim de dar continuidade ao atendimento das recomendações e necessidades da Comissão.

A segunda pergunta, da maior importância, foi no sentido de esclarecer o porquê da queda de resultado do Banco Central de 2003 para 2004.

No ano de 2003, em primeiro lugar, houve grande melhora nas condições de mercado no Brasil. Os títulos brasileiros se valorizaram muito. No começo de 2003, com a melhoria muito forte do valor dos títulos, houve grande ganho no valor de mercado, o que é contabilizado pelo Banco Central, nos títulos de sua carteira. Em segundo lugar, houve importante apreciação do real. E, nas operações derivativas, as chamadas Operações de Swap, em que o Banco Central paga a correção cambial e recebe a taxa de juros DI, na medida em que há apreciação do real, o Banco Central tem lucro maior.

Houve um lucro extraordinário, produto da excepcional melhora das condições da economia brasileira naquele período. Mas, certamente, não é algo sustentável durante o correr do tempo, na medida em que a economia tende a se estabilizar. O valor dos títulos, o valor do real, como mostrei, tende a ficar mais estável, o que é, inclusive, desejável e faz com que o resultado do Banco Central seja menor, mas ainda positivo.

Quanto à pergunta de S.Exa. no que diz respeito ao sentimento nas ruas, eu diria — e espero que S.Exa. observe isso, que é o que todos nós estamos sentindo — que é normal, quando a economia começa a melhorar, a população não ter imediatamente percepção disso. A recuperação econômica precisa durar vários anos para ser completamente percebida pela população. A criação de emprego que tivemos este ano, por exemplo, se ela se repetir durante alguns anos, aí, sim,



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

certamente, um número muito maior de pessoas terá acesso a essa melhora. E o mesmo ocorrerá com a massa salarial. V.Exa. está apresentando uma questão muito séria e importante, pois a finalidade de qualquer política econômica, em última análise, é o bem-estar e o padrão de vida do cidadão e da cidadã. Portanto, é muito importante que se reflita a respeito disso.

De acordo com aquele provérbio chinês, uma caminhada de mil quilômetros começa com o primeiro passo. O importante é que o primeiro passo seja dado na direção correta. No nosso caso, as direções estão corretas, os números são extraordinários, o que mostra que o Brasil, a essa altura, não só já deu o primeiro passo, como está em plena caminhada rumo ao crescimento para atingir a melhoria da renda da população.

Sobre as questões relativas ao IBGE, gostaria de dizer que é evidente, e S.Exa. tem toda a razão, que gostaríamos de ter os dados o mais cedo possível. Mas é muito importante reconhecermos o esforço, a alta qualidade técnica, científica e metodológica do trabalho do IBGE. São divulgados, primeiro, os números, baseados em dados preliminares. E, na medida em que os dados são analisados, confirmados por outros indicadores, passam a ser devidamente revisados. Isso acontece na maioria dos países, a não ser em países muito pequenos, onde há estatísticas facilmente compiladas, mas principalmente em países do tamanho, da complexidade do Brasil, sobretudo quando existe inflexão de trajetória de crescimento. Isso, de fato, é importante mencionar.

Em relação às aplicações no Banco Santos, preciso contar com a compreensão do nobre Deputado, pois estamos no início dos trabalhos da Comissão de Inquérito no Banco e não temos ainda todas as informações, todos os dados. Até o final do mês de janeiro, que é o prazo estipulado, o Banco Central terá um relatório completo sobre tudo. Temos informações preliminares de que os recursos do Fundo Constitucional do Norte não estavam aplicados no Banco Santos. Eles estão aplicados exclusivamente em títulos públicos. Portanto, é uma informação preliminar, mas de boa fonte, que é a própria equipe do Banco Central.

Quanto aos recursos do Banco da Amazônia, temos informação, também preliminar, de que alguns recursos do Banco da Amazônia foram aplicados no Banco Santos. Certamente quando os resultados estiverem absolutamente compilados com segurança e com precisão, teremos satisfação em enviar para S.Exa. os resultados consolidados e precisos das avaliações e conclusões do Banco Central.

Agora responderei às perguntas e observações do Senador Eduardo Suplicy. Em primeiro lugar, Senador, como já disse a S.Exa. o Deputado Alberto Goldman, quero dizer que as informações sobre distribuição de renda, de acordo com os dados do PNAD referentes a 2004, não estão disponíveis no momento. Estarão disponíveis apenas em 2005.

Portanto, não temos condições de fornecer-lhe dados precisos, mas, como S.Exa. mencionou, a tendência foi de melhora de 2002 para 2003. E indicadores preliminares indicam que existe uma continuação dessa tendência, devido ao aumento do número de empregos exatamente em setores de rendimento mais baixo, aqueles setores em que havia desempregados que passaram a ter acesso a emprego, como o da construção civil, por exemplo. Mas o fato concreto é que estamos falando apenas de dados preliminares.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto ao total de números consolidados sobre o pagamento de juros pelo setor público, perguntado por S.Exa., eu diria que, no ano de 2003, o total de juros pagos pelo setor público foi de 145 bilhões, 205 reais, o que representa 9,3% do Produto Interno Bruto. No ano de 2004, de janeiro a outubro, foi de 106 bilhões, 370 milhões de reais, o que dá cerca de 6% do PIB. A projeção para o ano, Senador, é de 130 bilhões, 562 milhões de reais, com 7,3% do Produto Interno Bruto. Portanto, existe uma queda de 9,3 para 7,3%, equivalente a 2% do PIB, o que mostra uma tendência de melhora.

Com relação aos efeitos dos programas de transferência de renda, particularmente o Bolsa-Família, concordamos totalmente. Até não acredito que precisamos nos estender sobre isso, já que temos total concordância no sentido de que os programas de transferências de renda são importantes e que os efeitos do Bolsa-Família, naquelas regiões mencionadas pelo Senador, são de fato positivos. Temos total concordância nesse sentido, repito, e anotamos as recomendações do Senador sobre futuras apresentações.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Gostaria de inscrever-me para fazer uma réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Deputado Alberto Goldman também deseja usar a palavra para fazer a réplica.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não vou abusar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Quero mesmo pedir que sejam breves, até porque ainda há 13 oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, em respeito aos outros oradores, abrirei mão do meu direito de réplica.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, posteriormente às réplicas, pediria a palavra, na forma do art. 7º do Regimento Comum, na condição de Líder do PFL na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - A palavra será concedida a V.Exa., nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Serei muito rápido, Sr. Presidente, até para permitir que os demais Deputados e Senadores falem sobre a matéria.

Sei que o Presidente Henrique Meirelles não é responsável pela política econômica, mas pelo Banco Central. É um operador de política econômica de uma área da política econômica, e a política econômica é elaborada pelo Presidente da República e por seus Ministros específicos. No entanto, deixo claro que, pelo que sinto na sociedade e na realidade do dia-a-dia, esses dados não chegam ao povo, ao cidadão, ou chegam de forma muito leve. É verdade que houve recuperação, sim, em relação a 2002 e 2003. É verdade que não continuamos em um plano inclinado. Pelo contrário, tivemos crescimento e há repercussão desse crescimento, mas nada excepcional. Para mim, o período róseo está começando a terminar. No caso específico dos 11% de juros reais, esse índice é maior do que o que já existiu de juros reais no próprio Governo Lula. Aumentou agora, passando de 10 para 11.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Há um dado em uma dessas tabelas — acho que a única de cor cinza que encontrei aqui, na folha 13 — que se refere a *spread* e segmento livre, mostrando que houve queda do *spread* até julho e crescimento do *spread*. Isso não é à-toa. É incrível a sensibilidade do setor financeiro, que percebe claramente algumas dificuldades que começam a aparecer. Temos algumas dificuldades no plano internacional em relação à balança, que não terá o mesmo nível de crescimento que já teve. Não me parece que, no futuro, com a taxa de juros vigente no País, com o Estado não investindo nada, com 4,5% de superávit primário — o investimento feito pelo Estado brasileiro é de em torno de 0,5% do PIB contra 4,5% de economia de superávit primário —, parece-me que nem o setor privado nem o setor público terão condições de atender às necessidades do País.

Não vejo isso de forma tão rósea quanto V.Exa., que está usando os famosos óculos do Dr. Pangloss, que evidentemente lhe dão essa visão. A minha visão não chega a ser catastrófica, mas também não vejo a situação da forma como V.Exa. vê. De qualquer forma, cumprimento-o pela explanação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Goldman.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, realmente houve uma queda do *spread* bancário e, como V.Exa. falou, um aumento em relação ao crédito com desconto em folha. Para empréstimos com garantia de desconto em folha, os juros ainda são muito elevados. Para quem está emprestando com a garantia de que o pagamento vai ser debitado na folha, os juros ainda são muito elevados. É preciso fazer um grande esforço no sentido de viabilizar a solução para que o crédito realmente aumente na ponta. E torcermos para que esses números continuem, pois queremos sempre o melhor para o Brasil.

Quem sabe lhe favoreça a verticalização, agora anunciada pelo Presidente Lula, que possibilitará aos Ministros nomear todos os seus assessores. Se V.Exa. puder nomear sua equipe, pode ser que as coisas melhorem ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Ricardo Barros.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LIC Y - Sr. Presidente, quero fazer uma retificação. Ao me referir ao Presidente do Banco Central, utilizei a expressão V.Sa. Porém, lembrou-me o Relator, Deputado Ricardo Fiuza, que S.Exa. agora é Ministro, de acordo com a medida provisória em vigência. Assim, quero usar o tratamento adequado, que é V.Exa.

Quero ainda propor um exercício. Vamos supor que estivéssemos aqui em uma reunião do COPOM, que fosse eu um dos seus membros e apresentasse um argumento ao Presidente do COPOM, Sr. Henrique Meirelles. Podemos notar, pelos dados apresentados por V.Exa., que a capacidade ociosa hoje se aproxima de 83%. Portanto, com esse aumento, alguns setores já estão acima desse nível.

Por outro lado, a taxa de desemprego felizmente vem baixando e, por 6 meses consecutivos, tanto o DIEESE quanto o IBGE mostram taxas decrescentes, mas ainda em torno de 10%, o que significa dizer que há um número significativo de trabalhadores que gostariam de dar de si para



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

sustentar a si próprios e às suas famílias, e que, entretanto, não estão encontrando, de pronto, oportunidade de trabalho.

Para a estabilidade da moeda é necessário que haja administração adequada da procura agregada, mas, se pudermos estimular o crescimento da oferta de bens e serviços, isso ajudará a atingir a meta de estabilizar os preços. Pois bem. Dado que a capacidade ociosa está atingindo um ponto alto — a capacidade de utilização das empresas, 83% — e que as empresas, portanto, estão próximas de tomar a decisão de expandir a sua atividade para aumentar a oferta de bens e serviços, não seria adequado, neste momento, retornarmos à baixa moderada da taxa de juros, a fim de estimular o maior investimento e, assim, ajudar no aumento da produção de bens e serviços? Inclusive, já que ainda há uma taxa de desemprego da ordem de 10%, facilitaria a absorção desses trabalhadores. Digamos que eu fosse membro do COPOM e dissesse isso. Como o Presidente do COPOM, prezado Presidente Henrique Meirelles, responderia? Por favor.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY - Propondo uma diminuição moderada da taxa de juros, ao invés de, mais uma vez, elevá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - De preferência em uma audiência televisionada, Senador Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY - Já que ainda não consegui que o Presidente Henrique Meirelles autorizasse a filmagem deste debate, esta seria uma forma de ouvi-lo como se estivéssemos em uma reunião do COPOM. Por isso formulei a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, que se inscreveu para falar como Líder.

Na seqüência, o Presidente Henrique Meirelles responderá às réplicas e ao Líder José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo; Sr. Ministro Henrique Meirelles; Deputado Gonzaga Mota, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; meus companheiros, primeiro quero informar que irei obedecer ao art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiariamente, restringindo-me exclusivamente ao objeto da exposição do Sr. Ministro.

Aproveito a oportunidade para parabenizar todos os que fizeram intervenções anteriormente por terem seguido basicamente essa receita.

Sou dos que acham que o Governo deveria ter discutido corretamente a medida provisória no momento certo, mas faremos isso à tarde. Hoje, o que temos de analisar é o relatório de S.Exa. o Ministro Presidente do Banco Central.

A exposição do Ministro deixa muito claro que estávamos certos quando estabelecemos as bases da política econômica do Governo Lula, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, S.Exa. o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que pese não tenha de modo geral acertado na constituição de sua equipe, foi capaz de não se aventurar no discurso do PT e nas propostas do Lula durante a campanha, e preferiu não comparecer ao enterro de Celso Furtado, por estar



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

abandonando completamente suas propostas do passado, aquelas que o elegeram, a levar o Brasil a uma situação que seria muito pior do que a que temos hoje, tanto que assistimos sobretudo à continuação. Um dos Deputados que falou anteriormente mencionou — evidentemente que com um toque de humor — que esse seria o terceiro período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não concordo com isso, mas acho que se for o terceiro que não exista o quarto, porque esse é um período que poderia ser um período *fake*, falso, do Governo FHC. Há algumas características, Deputado, mas não é exatamente o que se esperava.

Tenho algumas perguntas a fazer ao Presidente, sobretudo referentes às preocupações que tenho com as reservas. Mencionou V.Exa. 51 bilhões de dólares das reservas totais, mas depois tomou o cuidado de corrigir e falou das reservas líquidas, que estão em torno de 24 bilhões, se não me falha a memória.

Fico preocupado porque V.Exa. fez uma exposição toda ela voltada para o cenário interno, e todos nós sabemos — e V.Exa. em particular — dos grandes desequilíbrios da maior economia do mundo, a americana. Como vai ser esse *lending* americano? Vai haver um *soft lending* ou algo mais abrupto? De qualquer jeito haverá mudanças. Não acredito que os americanos continuem sendo autistas em relação à sua própria política econômica. Sabe V.Exa. que qualquer outro país estaria na mira do FMI não fosse a economia americana estar se comportando como está.

Então, peço a V.Exa. que fale alguma coisa sobre as reservas, evidentemente olhando para 2005. Como é o cenário que V.Exa. enxerga, não o interno, porque sobre isso V.Exa. poderia falar, mas como V.Exa. vê o cenário internacional, no qual teremos de navegar. O Brasil, no meu entendimento, tem reservas e vulnerabilidades menores do que tinha no início do Governo, mas poderemos ser afetados profundamente pelas questões internacionais, inclusive a questão do petróleo.

Estabeleceu V.Exa. uma polêmica com a PETROBRAS, que acompanhamos atentamente, porque achamos que, da mesma forma que o Governo do Presidente foi feliz na condução da política econômica, não está sendo feliz na condução da política microeconômica. E esta semana li nos jornais que um diretor da PETROBRAS reconheceu que teria retardado o aumento do combustível em razão das eleições. Isso é crime. Se se tratasse de uma empresa privada, teria sido cometido crime previsto no capítulo dos benefícios privados do controle. Isso é muito comum, e V.Exa. sabe que uma das grandes vulnerabilidades do Brasil é exatamente a forma como as empresas abertas usam o benefício privado do controle. Alguma literatura chega a falar que isso pode representar 65%, o que é muito elevado.

Portanto, o que a PETROBRAS fez foi um benefício partidário do controle, o que é mais ou é tão criminoso quanto o privado. Sei que a PETROBRAS não é fiscalizada pelo Banco Central, mas aproveitou o gancho para falar de benefício privado de controle, porque, como brasileiro, estou indignado com o que a imprensa tem divulgado sobre a orgia feita pela direção do Banco Santos no que diz respeito a benefícios privados da família do Presidente, em detrimento dos correntistas, o que afeta sobremaneira um dos itens pelo qual V.Exa. é responsável, que é a questão creditícia. Não há



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dúvida de que o Brasil tem feito um esforço muito grande, a começar do Governo passado, e elogio a atitude do Banco Central por ter feito intervenção no Banco Santos.

Pergunto a V.Exa. se nós, Deputados, estamos precisando fazer algum aperfeiçoamento legal para que banqueiros possam ser presos, como acontece em alguns países desenvolvidos, ou há um problema apenas de cumprimento da lei, o *reinforcement*? Ou é uma questão legal? Se é uma questão legal, caberia, talvez, ao Banco Central, com a competência de seus advogados, sugerir-nos algo. E não estou querendo, Sr. Presidente, que esse tipo de legislação venha a infringir as chamadas regras de julgamento empresarial, que V.Exa. sabe que são muito bem aceitas na legislação americana. Não quero condenar ninguém por julgamento do mérito da sugestão. Condeno, e evidentemente todo o País, as pessoas que se aproveitam do momento em que exercem controle sobre uma instituição para o enriquecimento pessoal.

Portanto, o assunto do Banco Santos, pela dimensão e repercussão, sobretudo após o Banco Central ter tomado a decisão de alterar as reservas para não afetar bancos menores, é um assunto que V.Exa. poderia descrever um pouco mais, para conforto da sociedade que nos ouve e deste Plenário, composto por Deputados e Senadores.

Outro ponto que tem muito a ver com a política creditícia brasileira, e que V.Exa. falou *en passant*, foi a importante aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 10.931, que trata da construção civil. Foi um avanço. Essa lei basicamente estava contida numa medida provisória, aprovada em 8 de agosto, mas ainda temos de avançar na regulamentação. Portanto, os reflexos não são exatamente dessa lei; talvez sejam psicológicos. Na verdade, o clima, o ambiente empresarial de garantias de investimentos na área imobiliária ainda não foi criado. Conheço um pouco de mercado imobiliário e sei das indecisões, das incertezas e da incapacidade dos próprios bancos de arquitetar os sistemas correspondentes de crédito e hipoteca para que o Brasil tenha uma indústria de construção civil realmente capaz de gerar muitos empregos. O Governo Lula tem tido o apoio da Oposição em toda essa modernização legislativa, assim como na aprovação da Lei de Falências. Ela ainda não foi aprovada por um erro tático do Governo Lula, erro este denunciado pelo Líder Aloizio Mercadante: o Governo terminou inundando o Congresso Nacional com entulho legislativo irrelevante, como a medida provisória que envia remédios para as vítimas de um incêndio de supermercado no Paraguai ou a que manda um avião para matar gafanhotos no Senegal.

Portanto, há medidas importantes, como essa lei que aprovamos e que V.Exa. mencionou.

Para concluir, peço a V.Exa. que faça comentário a respeito do limite das informações. Sei que há grande esforço do Banco Central para que haja informações sobre credores. O Brasil é muito fraco nessa questão. É evidente que os grandes bancos vão sempre procurar manter como privado o direito de informações sobre os credores. V.Exa. sabe que, tendo em vista a participação tão expressiva dos bancos oficiais na economia brasileira, seria importantíssimo que o Banco Central tivesse poderes para reforçar a democratização do crédito. Pergunto mais uma vez: há necessidade de ajuda legislativa para que possamos reforçar isso?

Por último, Sr. Presidente, em relação a 2005, tenho a mesma preocupação levantada pelo Deputado Alberto Goldman quanto aos níveis de investimento.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ontem assisti a palestra, em São Paulo, de assessor do Ministro do Planejamento que reconheceu que o aumento dos níveis de investimento no Brasil em relação a 2003, da ordem de 11%, não significa muita coisa. Os níveis de investimento estão muito baixos, e é exatamente por isso que existem os gargalos ressaltados pelo Senador Eduardo Suplicy. Eles são evidentes na economia, e exigem que cresçamos a níveis menores.

Não há dúvida de que V.Exa. pouco pode fazer para que haja avanços em investimento, porque há muitas questões nas áreas microeconômica e institucional. Seria importante que nós, do Congresso, voltássemos a falar das questões institucionais.

Parece-me que a formação de capital bruto brasileiro é um grande obstáculo, e gostaria que V.Exa. falasse um pouco sobre isso. Esse capital cresceu em relação a 2003, mas é muito pouco se comparado ao que precisamos. É esse o grande obstáculo para o crescimento sustentado de que V.Exa. fala. Penso que há 2 problemas: o investimento interno e o cenário internacional.

De modo geral, quero congratular-me com V.Exa. por ter cumprido a legislação. Há apenas um ponto que V.Exa. poderia incluir na sua exposição: a comparação que a lei exige em relação aos parâmetros do orçamento. Não me parece que foram apresentados. Se V.Exa. os tiver, poderia apresentá-los, caso contrário, poderia fazê-lo por escrito em outra oportunidade.

Muito obrigado, Presidente Paulo Bernardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Líder José Carlos Aleluia.

Passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, na condição de Líder.

O SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria primeiro de elogiar a qualidade da intervenção do convidado e do debate que estamos fazendo nesta Comissão, o que mostra a importância do Poder Legislativo para o desempenho do Banco Central na política monetária e fiscal. Parabéns V.Exa. não só pela exposição, mas também pelos resultados que apresenta a este Plenário.

Começo destacando o Produto Interno Bruto: 0,5% no ano passado, em que tivemos a moratória da Argentina e a Guerra do Iraque. Outros momentos de choque externo, por exemplo, a crise da Rússia, no Governo anterior, fizeram com que o PIB chegasse a 0,13%. Num quadro internacional extremamente adverso, tivemos um piso de crescimento muito baixo, mas, analisado historicamente, o resultado permitiu ajuste muito importante nas contas externas e públicas para este ano.

Nos últimos 9 meses, temos crescimento do PIB de 5,3%, mais que em qualquer ano do Governo anterior. Mesmo que o crescimento neste último trimestre seja 0%, vamos crescer mais que em qualquer ano do Governo anterior, e, mais importante, a indústria cresce a 9%, taxa historicamente do pós-guerra, quando éramos o País que mais crescia em toda a economia mundial. Há muito tempo não assistíamos a uma taxa de crescimento da indústria dessa magnitude. Mais importante que o crescimento, V.Exa. destacou, é que estamos batendo recorde histórico de produção industrial e o maior nível de ocupação da capacidade industrial desde 1991, quando esse índice foi criado; recorde de produção das indústrias automobilística, siderúrgica, de papel e celulose.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Qual é o verdadeiro debate que deveríamos fazer? É sobre em que medida esse resultado espetacular, quando analisamos a história recente do Brasil, é sustentável. Qual a sustentabilidade dessa estratégia? Alguns indicadores apresentados mostram que é muito promissora a possibilidade de que o crescimento se sustente. O primeiro fator que chama a atenção: o setor de bens de capital de máquinas e equipamentos cresceram 25,7%. Isso mostra que temos um investimento vigoroso e um crescimento significativo do setor privado e que, com esse nível de capacidade produtiva ocupada, seguramente esses investimentos ocorrerão, mantida a trajetória de crescimento que temos observado.

A segunda questão fundamental para analisar a possibilidade de sustentabilidade do crescimento são as contas externas, e elas realmente chamam a atenção pela força dos números. Estamos com superávit comercial nos últimos 12 meses de 32 bilhões e 600 milhões de dólares, outro recorde histórico. É só lembrar que, em 8 anos do Governo anterior, o resultado acumulado foi um déficit de 8 bilhões e 700 milhões de dólares. Saímos de período histórico de déficit nas contas comerciais para superávit de 32 bilhões e 600 milhões. Este é o caminho do crescimento sustentável e da estabilidade duradoura, esta é a vacina contra os choques externos: continuar insistindo nas exportações e no superávit comercial como forma de reduzir nossa vulnerabilidade.

E o mais importante: nas contas de transações correntes, nos 8 anos do Governo anterior, tivemos déficit acumulado de 186,2 bilhões de dólares. Quer dizer, o resultado deficitário do Brasil com o resto do mundo foi de 186 bilhões de dólares. Aumentava o passivo externo e, portanto, os compromissos futuros. Nesses 2 anos, já estamos com superávit de 8 bilhões e meio de dólares — estamos desendividando o Brasil. O superávit comercial é a segurança desse processo. Por isso, a relação dívida externa/PIB caiu de 35,9% para o patamar de 25%. Se compararmos juros da dívida e saldo comercial com exportação, veremos que estamos saindo de uma vulnerabilidade estrutural.

Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, nessa questão eu faria uma recomendação, e acho que o resultado seria muito promissor: acelerar a acumulação de reservas cambiais. Entendo que haja uma certa cautela, porque o dólar está no menor valor dos últimos 9 anos e continua caindo, mas isso levará a uma reação da política econômica americana, seja na redução do déficit público, seja no aumento da *prime rate*, da taxa de juros. Temos de estar absolutamente calçados. Um aumento de reservas cambiais agora ajudaria a manter uma taxa de câmbio mais competitiva para que esses dados se mantenham, no futuro, no saldo comercial.

Acumular reservas cambiais nos protege em relação à sustentabilidade do crescimento. O patamar do dólar estimula essa política, que, no meu ponto de vista, é convidativa, mesmo que ele continue em queda por mais um período, e, mais importante, ajuda a ter uma taxa de câmbio fundamental para o resultado da nossa balança comercial.

Outro aspecto apresentado e o mais difícil para a sustentabilidade do crescimento é a dívida pública. Chamo a atenção deste Plenário e da imprensa para o fato de que não só a dívida pública caiu, porque os dados positivos, às vezes, estão no rodapé das matérias. É muito importante apresentar os resultados macroeconômicos fundamentais. A dívida pública líquida caiu de 61,6%, em setembro de 2002, para 53,7%. Não apenas estamos desendividando o Estado brasileiro, como



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

também estamos reduzindo a dívida pública indexada ao dólar do patamar de 40,6% para algo em torno de 11%. E continua caindo. Diminuímos o impacto do risco cambial e melhoramos o perfil da dívida pública. O seu custo está se reduzindo.

É verdade que não tivemos investimento no ano anterior, porque este Governo fez 2 opções: primeiro, não continuar vendendo o patrimônio público, uma vez que 76% haviam sido vendidos e o ajuste fiscal era insustentável; segundo, não aumentar a carga tributária. O Governo anterior aumentou em 8% a carga tributária. Ela passou de 28% para 35,8%. A nossa opção é estabilizá-la para desendividar o País. Tivemos uma queda muito expressiva na taxa básica de juros, o que ajudou. Desdolarizamos a dívida pública e tivemos de fazer superávit primário para obter, a partir de agora, melhores resultados do ponto de vista do investimento no setor público. O crescimento econômico melhora a receita e a relação dívida/PIB e aumenta a capacidade de investimento do Estado, sobretudo em estrutura e logística, o grande ponto de estrangulamento do crescimento sustentável no futuro.

Aprovamos, por unanimidade, o PPP na Comissão do Senado. Acredito que o aprovaremos hoje, na CCJ, também por unanimidade. Houve participação muito importante da Oposição na construção do nosso projeto. Juntamente com os Senadores Rodolpho Tourinho, Tasso Jereissati e outros, construímos, com transparência e profundidade, um belo projeto do ponto de vista do atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei de Concessões e à Lei de Licitações, instrumento que dará ao País mais condições de investir em todos os níveis, porque o crescimento da receita tributária não é só para a União, mas também para os Estados e Municípios.

Sr. Presidente, do ponto de vista do choque externo sobre a estrutura de preços no País, creio que absorvemos bem esse impacto. Sabe V.Exa. que eu discordava da fixação da meta de inflação de 4,5% para o próximo ano. Só 2 vezes na história o Brasil teve inflação abaixo de 5,5%: em 1948 e em 1998, anos atípicos, com taxa de câmbio absolutamente desajustada — a âncora cambial no Governo Fernando Henrique Cardoso e o Plano Salte, no liberalismo econômico de Dutra. Em nenhum outro momento da história tivemos inflação abaixo de 5,5%.

Por que a meta deve ser 4,5% num período da história econômica em que estamos sofrendo pressão do preço do petróleo e choque externo de inflação?

Fico feliz que o Banco Central tenha definido a meta de 5,1%, mas ainda acho que deveríamos ter mantido a de 5,5%, porque já é ambiciosa dentro da banda de variação que nos dá segurança.

Por quê? Estamos vivendo um choque externo. Não podemos abrir mão do crescimento econômico e do saldo comercial. É só isso que muda este País. Se não houver crescimento, se não acreditarmos em investimento, em produção, no chão da fábrica, no curral da fazenda, nas exportações e no saldo comercial para acabar com a vulnerabilidade externa, não apresentaremos resultados exuberantes, dado o quadro de adversidades que superamos.

Do ponto de vista social, chamo a atenção para 2 aspectos: primeiro, o índice do DIEESE sobre massa salarial é mais criterioso. Este ano, a massa salarial aumentou 7%. Todos os dados de consumo dos setores não-duráveis, vendas no varejo, refletem a reação do mercado interno e do



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

consumo. Não só a massa salarial cresceu, como também o crédito vinculado em folha, o que reduziu, substancialmente, o *spread* para uma parcela importante de assalariados, ajudou a alavancar o consumo e a diminuir a inadimplência.

Sr. Presidente, *spread* bancário é agenda para o Congresso Nacional e para o Banco Central. Temos de mexer nele e reduzir a taxa de juros na ponta.

Aprovamos, por unanimidade, no Senado, a Lei de Falências, e espero que a votemos logo na Câmara. Mas não é o único grande instrumento. Precisamos discutir a segunda parte da reforma tributária, a unificação do ICMS — a Câmara não pode abdicar de levar adiante essa bandeira. Devemos tratar também da cunha fiscal sobre o *spread* bancário.

Apresentei projeto, que ofereço como sugestão ao Banco Central, dando ao trabalhador a liberdade de optar por sua agência bancária. Temos, hoje, reserva de mercado dos bancos nas empresas: o trabalhador é obrigado a optar pelo banco que a empresa escolheu. Não se estimula a concorrência do ponto de vista dos produtos para o cidadão. O sistema bancário tem de concorrer, como em outros países, para atrair o correntista pela qualidade dos produtos, pelo *spread* e pelas tarifas que apresenta. Essa reserva de mercado no Brasil inibe a verdadeira concorrência bancária, outro instrumento que poderíamos utilizar.

Sr. Henrique Meirelles, apresentei outro projeto e gostaria que V.Exa. o analisasse: no talão de cheques, em vez de constar apenas o tempo em que o cliente tem conta naquele banco, que conste também o tempo no sistema. Na forma atual, ele fica inibido de mudar de banco, visto que aparece como correntista recente, quando pode ter belíssimo histórico no sistema financeiro. Que se mantenha o tempo naquele banco e se acrescente o que ele tem no sistema.

Ofereço esses 2 instrumentos à reflexão do Banco Central, a fim de estimular a concorrência bancária. Eles passam também pelo Congresso Nacional, se estivermos dispostos a enfrentar o problema com diálogo sincero e fraterno.

Sr. Presidente, o que mais me chama a atenção é o recorde de produção industrial e de utilização de capacidade ociosa, que estão se refletindo no emprego com qualidade.

Realmente, não consigo entender por que geramos quase 1 milhão e 800 mil empregos nesses 9 meses. Não adianta brigar com os fatos. É recorde de produção industrial. Por isso, está gerando emprego. O Brasil está crescendo. O PIB está crescendo 5,3%. É muito importante combater a informalidade, porque gera concorrência predatória entre aquele que respeita e paga os direitos trabalhistas, assegurando a Previdência Social, e aquele que não tem nenhum direito, parcela ainda muito grande da classe trabalhadora brasileira. É essencial buscar emprego formal de qualidade.

Sr. Presidente, passada a pressão do choque externo, que o Brasil absorveu muito bem, seguramente, podemos criar ambiente para que a taxa de juros retome a trajetória de queda progressiva. Todos nós, inclusive V.Exa., torcemos por isso. Se a meta da inflação for ambiciosa — 5,5% é ambicioso para um País como o nosso —, certamente, teremos condições de retomar a queda cuidadosa e progressiva da taxa básica já neste final de ano. Isso nos ajudará a ter uma taxa de câmbio de equilíbrio.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Espero que o próximo balanço que V.Exa. fizer neste plenário tenha resultados tão espetaculares quanto esse relacionado ao crescimento do PIB, produção industrial, balanço de pagamentos, reservas, saldo comercial, dívida pública interna, mercado de trabalho, emprego, salário, rendimento real, vendas internas. É o que o Brasil espera e, seguramente, talvez seja o ponto mais importante para começarmos a promover a inclusão social e a diminuir as desigualdades.

Quero parabenizá-lo pelos resultados e também provocá-lo em relação aos desafios da sustentabilidade em relação ao câmbio, aos juros e, sobretudo, às reformas que estão no Congresso Nacional, sem as quais não daremos o salto de qualidade possível neste momento tão favorável da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Solicito aos Srs. Deputados e Senadores, membros de quaisquer das Comissões envolvidas na reunião de audiência pública conjunta, que assinem o livro de presença localizado na entrada deste plenário.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, para a resposta.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, vou comentar as perguntas do Deputado Alberto Goldman. A diminuição da vulnerabilidade da economia brasileira prepara o Brasil muito melhor para eventuais dificuldades internacionais, em função do ajuste do balanço de pagamento norte-americano. Está em linha com tudo aquilo que apresentamos a redução dessa vulnerabilidade. Vou mencionar isso depois.

Em relação à evolução de alguns indicadores, inclusive de *spread*, eu mencionaria também que não há processo de melhora linear em nenhuma área, seja de crescimento, seja de outros indicadores. É normal que existam algumas flutuações em função das condições gerais da economia. O importante é que estamos indo na direção correta e positiva.

Há muito trabalho ainda para ser feito na área de *spread*. Houve várias menções sobre esse assunto, mas não há dúvida de que trabalharemos juntos, inclusive fornecendo subsídios ao Congresso Nacional, visando exatamente maior aperfeiçoamento da ação do próprio Banco Central, do Ministério da Fazenda e dos demais.

Em relação à pergunta e à observação do Deputado Ricardo Barros no sentido de que os juros dos empréstimos consignados deveriam cair mais, não há dúvida. Isso faz parte de toda a estrutura de melhora das condições de estabilização da economia brasileira, da melhor oferta de crédito, do aumento da competição bancária. Em resumo, mencionamos todos esses aspectos.

É importante dizer que os juros médios do cheque especial estavam ao redor de 8% ao mês. Há trabalhadores tomando dinheiro a crédito consignado de 2,5%, pagando empréstimos e diminuindo a carga dos juros.

Sabemos que há muito trabalho a fazer, Deputado, não há dúvida disso. V.Exa. tem absoluta razão também ao dizer que se tem de expandir a medida, inclusive, aos aposentados. Mas o importante é o aumento da oferta de crédito. Existe para os desempregados o microcrédito, as



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

microfinanças, outra medida tomada no passado. Essa modalidade de empréstimo limita os juros a 2% ao mês e atende a parcela importante da população.

Concordo mais uma vez em que há muito a fazer. Não temos a pretensão de dizer que se esgotou o assunto. Não, não. Há muito trabalho pela frente. O Brasil tem muitas necessidades ainda não atendidas.

Em relação às observações do Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, não há dúvida de que, caso V.Exa. fosse membro do COPOM, o debate seria muito enriquecido. Teríamos o privilégio, certamente, de ouvir suas análises e observações nas reuniões mensais do COPOM, não apenas no Congresso ou em conversas pessoais, quando há oportunidade.

Em relação às suas observações, tenho certeza absoluta de que o COPOM funciona de forma autônoma. Cada membro forma sua opinião com base na análise técnica e na sua consciência, e assim vota após o processo de discussão. Certamente, todos os membros levariam em alta consideração as opiniões do Senador, caso fosse membro do COPOM.

Em relação às razões das últimas medidas de política monetária, a experiência mundial indica que a continuação do crescimento do emprego, a diminuição do risco da economia e, a longo prazo, da taxa real de juros passam pela estabilidade macroeconômica, inclusive de preços. A grande contribuição que o Banco Central tem de dar à sociedade e ao País é cumprir a missão de assegurar a estabilidade de preço. A história mostra, inclusive no Brasil — sofremos isto na pele, como sabe o nobre Senador —, que a alta inflação pune, em primeiro lugar, aqueles de renda mais baixa, que não têm capacidade ou possibilidade de defender seu salário ou patrimônio contra a corrosão inflacionária. O poder de compra do trabalhador cai quando sobe a inflação. Evitar a alta da inflação é a responsabilidade fundamental do Banco Central.

Evidentemente que as decisões são técnicas e tomadas após a melhor análise dos membros do COPOM. É normal que, no debate, haja discordâncias, divergências. Seria estranho e perigoso ter em qualquer decisão de âmbito nacional, principalmente sobre assunto tão complexo quanto a taxa de juros, unanimidade absoluta. É normal que haja divergências no debate. Dentro do próprio COPOM elas já ocorreram e foram claramente registradas nas atas etc. Na sociedade como um todo, até nas eleições, Senador, existem eleitores para diversos candidatos. Certamente, numa análise técnica, também pode-se chegar a mais de uma conclusão.

Quero lhe assegurar que os membros do COPOM empenham o melhor do seu conhecimento, da sua experiência e do seu patriotismo, visando tomar a melhor decisão possível em alguns momentos mais difíceis, outros menos difíceis, outros mais fáceis. Mas o importante é que o País continue crescendo de forma sustentada, gerando empregos e saldos comerciais, diminuindo sua vulnerabilidade, em resumo, que mantenha esse círculo virtuoso que hoje começa a se configurar.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY - Se me permite, o ponto essencial, Presidente, é que, dependendo das circunstâncias, a diminuição na taxa de juros pode levar ao aumento da produção de bens e serviços, o que vai contribuir para a meta da estabilidade de preços. Então, quem sabe, alguém dentro do COPOM externar esse ponto de vista. Obrigado, Presidente.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Obrigado pela expressão da sua opinião, Senador.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Vamos passar para as questões do Deputado José Carlos Aleluia. Em primeiro lugar, Deputado, muito importante a sua questão sobre reservas. Em relação a reservas líquidas *versus* reservas brutas, a palavra “líquido”, às vezes, engana um pouco, porque é pouco usada. Aqui está no sentido de “líquido dos empréstimos do FMI”. Mas, evidentemente, as reservas totais são líquidas no sentido de estarem prontamente disponíveis. Então, julgamos que as reservas totais, vamos denominar assim — a previsão é finalizar o ano em 48,7 bilhões de dólares —, são adequadas para as necessidades atuais do País. As reservas líquidas, no conceito do Banco Central, portanto, deduzindo-se os empréstimos do Fundo Monetário de 24,2 bilhões de dólares, previstos para o final do ano, não são relevantes, na medida em que as reservas totais estão disponíveis. Elas passarão a ser cada vez mais relevantes no momento em que o Brasil começar a pagar o Fundo Monetário Internacional. Num certo momento, depois de terminar os pagamentos, as reservas sem os empréstimos do FMI serão iguais às reservas totais, por definição.

Temos planejamento de alguns anos em que recomporemos essas reservas líquidas do empréstimo do FMI. Isso já está ocorrendo. Elas atingiram piso de 14, já subiram bastante, e estão numa trajetória melhor que a prevista. Em dezembro de 2003, eram previstos, para dezembro de 2004, 21 bilhões de dólares. Estamos acima desse montante. Em resumo, é um processo gradual de recomposição de reservas, que está inclusive à frente do planejado. As reservas totais estão em nível adequado.

Essa questão do nível adequado, Deputado, não tem definição tecnicamente precisa, porque o nível de reserva é um dos fatores de diminuição da vulnerabilidade. Mas existe uma série de outros, entre os quais mencionei, por exemplo, o total de juros pagos em relação às exportações. Esse é outro nível. Quanto menor o volume de juros pagos em relação às exportações, menor a vulnerabilidade e a necessidade de reservas. Quanto menor a dívida líquida externa total sobre as exportações, maior a disponibilidade de recursos das exportações para cumprir compromissos, portanto, o nível de crescimento do País.

Há uma série de melhorias na economia brasileira que conduzem à avaliação de que hoje o nível ótimo de reserva seria menor que no passado, graças exatamente à diminuição substancial da vulnerabilidade do País. Em resumo, temos de olhar as reservas dentro do conceito total das vulnerabilidades externas. A reserva é um dos itens importantes. Levamos em conta exatamente essa análise feita nas suas observações.

Em relação ao Banco Santos, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o reconhecimento de V.Exa. da intervenção precisa, firme e tecnicamente correta do Banco Central. Existem sim, Deputado, estudos no Banco Central para uma nova Lei de Liquidações Bancárias, que revisa todo esse procedimento formal. Estamos aguardando a eventual aprovação da Lei de Falências, porque é a base para a nova Lei de Liquidações e Intervenção Bancária.

Teremos a maior satisfação em fornecer todos os dados, conclusões e estudos do Banco Central, como sempre, ao Congresso Nacional e a V.Exa., no sentido de que possamos discutir a matéria logo depois da aprovação, se houver. Dependendo do texto, certamente discutiremos



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

maneiras de aperfeiçoar a legislação de intervenção e liquidações bancárias, visando defender ainda mais a economia, a riqueza e a poupança da sociedade.

Em relação a outros tipos de ajuda que o Legislativo possa dar à concorrência bancária e ao acesso às informações, em primeiro lugar, existe um avanço muito grande com a Central de Risco. Convidamos V.Exa. para uma visita ao Banco Central, onde teremos a maior satisfação em lhe mostrar os dados de que dispomos. A nova Central de Risco permite ao cliente bancário usar seu histórico numa determinada instituição para análise de outra, aumentando a capacidade de competição entre os bancos. Mas existe, sim, algum aperfeiçoamento legislativo na área da chamada portabilidade dos dados cadastrais. Seria importante ainda alguns avanços nesse sentido. De novo, teremos a maior satisfação de fornecer a S.Exa. e ao Congresso dados visando garantir a portabilidade dos dados cadastrais.

O nível de investimento, diria, não há dúvida, tem muito a crescer, como muita coisa ainda no Brasil. Estamos, como disse, no início de um ciclo de desenvolvimento sustentado, que, esperamos, seja de longo prazo. Estamos trabalhando, fazendo o possível para que, de fato, possamos garantir que seja de longo prazo.

É importante dizer que não há saltos extraordinários na economia. Os crescimentos já são impressionantes, inclusive na formação bruta do capital fixo. Agora, o importante é a tendência, e que seja mantida para que possamos crescer ainda mais. Não há dúvida disso. Os crescimentos já são muito importantes e impressionantes pelo tempo que ocorreram.

Não tenho por característica, em nenhum momento da minha vida pessoal e profissional, dizer que já está extraordinário e que não é preciso melhorar. Estou sempre crendo que precisamos continuar melhorando e que existe muito trabalho a fazer. O Brasil certamente precisa continuar a melhorar nos próximos anos. O importante é que tenhamos, como disse, um crescimento sustentado, a melhora do investimento sustentado, a melhora da vulnerabilidade sustentada e, para isso, é necessário responsabilidade, seriedade, paciência, medida certa, de maneira que não possamos ter as chamadas bolhas, que se caracterizam pela melhora e depois pela queda. Precisamos de fato manter essa tendência extraordinária de crescimento que se verifica no Brasil hoje.

Passando agora às indagações feitas pelo Senador Aloizio Mercadante, em primeiro lugar, gostaria de agradecer os comentários e em particular a concordância com a decisão do Banco Central, expressa em ata, de anunciar que está mirando, para o ano de 2005, 5,1% de inflação em função dos aspectos conjunturais da economia brasileira. Gostaria de dizer que ouvimos com a maior atenção todas as opiniões do Senador, não só expressas em público, mas as feitas de maneira privada, no sentido de que temos de melhorar as condições de competição da economia brasileira em todos os setores, seja o setor de inflação, mantendo-a convergindo para as metas, seja no setor externo de diminuição da vulnerabilidade. Em resumo, estamos trabalhando, fazendo o melhor possível para manter a economia funcionando de maneira mais equilibrada, de forma a não favorecer determinado segmento em detrimento de outro.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

De qualquer maneira, gostaria de sumarizar minha observação em relação às observações e palavras do Senador, basicamente agradecendo o apoio e a análise da situação geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Presidente. O próximo orador é o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero cumprimentá-lo pela exposição. Estendo o cumprimento à sua equipe. Serei bem objetivo, até porque o Senador Aloizio Mercadante fez uma análise comparativa e demonstra que, de fato, há evidente recuperação da economia brasileira, diferentemente do período anterior, em que se discutia políticas públicas dentro de um arcabouço de economia com fraco desempenho. Hoje, o Governo discute políticas públicas dentro de um arcabouço de crescimento efetivo da economia. Creio que ter o que distribuir é diferente de ter o que não distribuir. Essa é a grande diferença. No entanto, alguns indicadores ainda ficaram pouco claros.

Quero deter-me mais a algumas perguntas técnicas. Uma delas, parece-me levantada na intervenção do Deputado Pauderney Avelino, refere-se ao resultado do Banco Central. Não percebi, tive de sair rapidamente, se porventura V.Exa. teria mencionado esses últimos resultados e a transferência para o Tesouro, o quanto representou, além desse patamar de 2,5 bilhões, para o primeiro semestre deste ano. Ou seja, nesses dois últimos anos, quais foram os resultados obtidos do Banco Central e transferidos ao Tesouro?

A segunda indagação é sobre a crise internacional do dólar. V.Exa. mencionou rapidamente a Cesta Internacional de Moedas. Mas a minha pergunta é, especificamente, como V.Exa. analisa a crise internacional do dólar e seu impacto sobretudo numa economia que, nos últimos meses, tem tido excelente desempenho no mercado internacional. O Banco Central já deve ter uma avaliação do significado dessa questão.

Outro comentário gostaria de ter o privilégio de ouvir de V.Exa. Na página 22, é plotada a queda, mencionada há pouco pelo Senador Aloizio Mercadante, da dívida líquida do setor público em relação ao produto interno. Há um nítido declínio, mas, paralelamente a esse processo, a imprensa tem comentado, e isso é notório, que há redução da dolarização da dívida interna brasileira.

Gostaria de saber em que patamar hoje chegamos para saber de fato qual foi essa redução. Considero isso extremamente importante como variável de resistência às intempéries internacionais, às vulnerabilidades internacionais da economia brasileira.

Também gostaria de ter a apreciação de sua parte em relação à discussão, na equipe econômica do Governo, sobre a finalização do acordo com o Fundo Monetário Internacional e o vislumbre que sobre essa matéria. De fato, o País suspende a retomada da renovação de um possível acordo, ou teremos maior autonomia na condução das políticas econômicas? Há alguma tendência dentro do Governo?

Não poderia deixar de encerrar a minha palavra diante de uma atitude bastante alvissareira apresentada pelos indicadores — e V.Exa. explicita isso de maneira muito contundente. Nós, que militamos na Esquerda, esperamos que esse não seja apenas resultado de indicadores, mas que de



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

fato possa se realizar na forma de melhor salário mínimo, de maior emprego na economia, de crescimento da renda, etc. Pergunto como V.Exa. vislumbra a taxa de juro para o próximo ano. Porque, a despeito do excepcional desempenho de uma economia que saiu de uma crise como a nossa, não houve reflexo na taxa de juros. Não adianta olhar águas passadas, mas minha pergunta é: como V.Exa. vislumbra a taxa de juros para o País?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. O próximo orador é o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente Paulo Bernardo, ouvimos, ao longo do ano passado, uma série de críticas em relação à taxa de juros, que estaria demorando muito a ser reduzida, que havia excesso de superávit primário e equívoco dos fundamentos da economia. Tivemos questionamentos, que, a seu tempo, tinham razão de ser. Havia dúvidas a respeito da política monetária do País, da política fiscal, da política creditícia, das metas de inflação. Hoje, não fazem sentido as preocupações do ano passado de um superávit alto para poder investir — o investimento do Brasil cresceu; a preocupação com a taxa de juros elevada, porque o PIB, o consumo, a demanda, o investimento precisam crescer — a demanda cresceu, o PIB cresceu, o investimento cresceu e a inflação está sob controle; a preocupação com o dólar muito baixo porque pode prejudicar as exportações — o dólar está num patamar adequado para o controle da inflação e as exportações continuam a todo vapor.

Ministro Meirelles, eu queria dizer que para conduzir uma política monetária, fiscal, creditícia e cambial do País é preciso ter firmeza, convicção. No fim da linha, podemos até errar e fazer uma autocrítica. O que compreendo pouco é como que depois de tudo isso ter dado certo as pessoas ainda continuam a questionar como se as variáveis fossem independentes. Eu, que gosto de futebol, passei a Copa de 1994 inteirinha criticando o Parreira, queria que fosse diferente. Mas depois que ele ganhou, falar o quê? Quando meu time ganha, até o pênalti chutado para fora acho que foi perfeito. Não sei o que teria acontecido se ele não tivesse chutado para fora aquele pênalti.

Fica-se agora nessa idéia fixa da taxa de juros, como se isso fosse independente dos resultados que obtivemos. Se queríamos taxas de juros mais baixas para haver um crescimento do consumo, para que houvesse investimento, tivemos aumento do consumo. Está no jornal de hoje: o Distrito Federal aumentou em 20% a demanda nos supermercados. São dados da Associação dos Supermercados. Geralmente as associações choram o quanto podem para conseguir situações melhores. Foram 20% de leve e ainda estamos em novembro, o Natal está para vir.

Cada um deveria pensar um pouco mais. É claro que queremos taxa menor, mas isso não é independente daquilo que queremos para o conjunto, ou não temos a política econômica. Essa é uma questão sistêmica, integrada. Estamos nos recuperando e isso é como qualquer fisioterapia. Não se pode pegar a pessoa, tirar de sua cadeira e falar: corra. Não. Queremos que ela venha a correr, mas se ela anda e se exercita, tem de cuidar da bengalinha aqui, amparar ali, cuidar da dor acolá. Assim, vamos movimentando o conjunto de questões.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Se queremos um novo modelo econômico, são mudanças estruturais que vão além das políticas do Banco Central — é bom que cada um aprenda a raciocinar assim. Se o Governo Lula é o governo de construir as bases de um novo modelo econômico, temos de fazer uma nova política industrial, estabelecer novos padrões de acumulação, de desenvolvimento, de distribuição de renda, de políticas sociais e das políticas públicas em geral.

Por isso quero cumprimentar o Ministro Henrique Meirelles — aliás, não sei por que essa plaquinha está aí, deve ser porque de tantas vezes que vem o Presidente do Banco Central aqui e já deu explicações sobre tudo, que eu acho que guardam a placa de uma sessão para a outra. Poderiam providenciar a mudança. Ministro, peço-lhe desculpas por essa plaquinha velha, mas que ela fique aqui ostentada para dizer que V.Exa. é sempre uma presença muito grata na nossa Comissão.

Sr. Presidente, encerro dizendo que espero contar também com sua presença para discussão de um novo modelo, de uma nova lei do Banco Central, que precisamos urgentemente fazer, para que esse trabalho tão bem elaborado possa trazer melhor resultado para o Brasil.

Parabéns, Ministro. Bem-vindo mais uma vez à nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA - Deputado Virgílio Guimarães, pode ficar tranqüilo, porque a partir de amanhã será compulsório, com a aprovação da medida provisória, o que certamente ocorrerá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Ricardo Fiuza, V.Exa. é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA - Sr. Presidente, serei muito breve, mesmo porque infelizmente deram 50 minutos ao Presidente do Banco Central, os quadros passaram rápido, mas eu os tenho aqui para análise.

Devo esclarecer primeiro ao Plenário que não sou da chamada base parlamentar do Governo, não sou do PT. Sou base parlamentar do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em quem não votei e que muito me surpreendeu.

Um dia desses, fiz uma coisa que pode parecer caricata. Comecei aqui na Câmara dos Deputados como Vice-Líder da área econômica — isso há 35 anos; cheguei com 30 anos e estou com 65. Então, comecei a fazer uma simulação, Sr. Presidente, do oposto de tudo o que foi feito. Engraçado, peguei tudo ao contrário do que foi feito e fiz a simulação. Precisa fazer isso, pegar o seu pessoal, mandar fazer por brincadeira. Vamos admitir que não fosse feito isso, nem isso, nem isso, e mostrar ao povo brasileiro.

Sou admirador, fã incondicional do Presidente Lula, do Ministro Palocci e do Presidente do Banco Central. Há 40 anos neste País, não se trata de preparar uma base macroeconômica séria, com equilíbrio fiscal capaz de fazer com que este País possa se desenvolver, ser uma sociedade plural, democrática e justa. Não são bolsões de crescimento que levarão este País a algum lugar.

Agora, lembrarei aos companheiros da Comissão o seguinte detalhe, e o Presidente Meirelles vai ficar um pouco acanhado por uma questão de ética. Presidente, quero lembrar que em setembro de 2002 venceram 30.4 bilhões de dólares da dívida externa brasileira junto ao FMI — em setembro de 2002, repito. O FMI, por recomendação do Tesouro americano — e dizem até que por influência



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

do Presidente dos Estados Unidos, para permitir a posse do Presidente Lula, porque o Brasil ia entrar no maior calote da sua história —... Venceram em setembro de 2002 30 bilhões de dólares! A eleição do Presidente Lula foi em outubro de 2002; em setembro, 30 dias antes, o Presidente eleito recebeu um “pepino” de 30 bilhões de dólares vencidos, que foram rolados para um ano, para poder tomar posse. Primeiro passo do Governo: mostrar ao povo brasileiro e à comunidade internacional que ia fazer um governo sério e de austeridade.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, 10 mil reais emprestados; V.Exa. me empresta. Eu, no outro mês, quero lhe pedir mais 10, aí V.Exa. diz: “*Fiuzza, quanto você está ganhando?*” Eu digo: “*Dez*”. “*Quanto está juntando para me pagar os primeiros 10?*” Eu digo: “*Estou gastando 12. Você não me empresta os 2.*”

As pessoas precisam entender que superávit fiscal é a capacidade que o País tem de demonstrar que terá reais para comprar dólar para pagar seu déficit. Esse negócio de dizer que superávit fiscal de 4,5 para atender banqueiro e FMI é uma idiotice, uma coisa *démodé*, primária, é da época *yankees, go home*, essas pessoas precisam se reciclar, isso é de um ridículo ímpar! Como é que pode tomar emprestados 10, pedir mais 10 e dizer que gasta 12? Quem é que empresta? Um louco, psicopata? Não. Qual foi o primeiro passo? Demonstrar à comunidade internacional que havia superávit fiscal capaz de honrar os compromissos. Com isso, recuperar a credibilidade do País no exterior; segundo, conseguir investimentos no exterior, porque tudo isso vai ser mudado. Com essa prova que o Brasil deu, ele vai ter a médio prazo tratamento privilegiado — podem escrever o que estou dizendo —, não será como a Argentina.

Não temos poupança pública porque não fizemos a reforma do Estado. A poupança privada brasileira não é capaz de fazer os investimentos. O Projeto de Parceria Público-Privada — uma forma de carrear recurso — está parado no Senado.

Discordo de alguns pontos. Por exemplo, acho que V.Sa. deveria ter-se antecipado no negócio dessa baixa de dólar; comprava dólar, aumentava sua reserva e emitia títulos em dólar; aí, zerava, nem receita nem despesa aumentariam, para que não prejudicasse as exportações, etc. São detalhes, filigranas.

O Presidente Lula merece os mais louváveis aplausos, pois enfrenta incompreensões, muitas vezes até dentro do seu próprio partido e de outros que fazem oposição política pelo fato de fazer oposição política. Parabéns à firmeza do Presidente Lula, que com pouca instrução que tinha, passou 20 anos estudando, surpreende a nós todos, além disso, em cima de um caixão de sabão e de um caminhão como líder sindical, mediando conflitos de classe. Isso significa que o País nunca será uma Venezuela, porque ele é um homem acostumado a mediar conflitos de classe.

A economia vai bem, são esses os pré-requisitos para o crescimento. O juro tem que ser regulado pela demanda e pela oferta de dinheiro em determinado estágio econômico. Não deve ser de 13%, 17%, nem coisa alguma. Qual é a demanda necessária para suprir a economia dos meios monetários? Isso se regula com juro. Por isso fui contra o estabelecimento do juro de 12% na Constituição.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Parabéns, em primeiro lugar, ao Presidente Lula, que defende tudo com o que concordo. Parabéns ao Ministro Palocci. Parabéns a V.Exa., Sr. Ministro.

O Brasil, pela primeira vez, tem um Presidente com a coragem de enfrentar a impopularidade temporária para gerar empregos, para gerar uma economia auto-sustentável, para ser parceiro do mundo e para diversificar as exportações.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Ricardo Fiuza.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, sou muito disciplinado no tocante às audiências públicas. Principalmente fui atento ao ouvir os questionamentos da atual Oposição, cuja conduta, além de ser um embate político, falece de todo substrato técnico e mesmo biológico. A elite brasileira sempre foi tentada por certo populismo, inclusive a direita conservadora, que copiou parte do populismo da esquerda. Talvez essa seja uma faceta da elite brasileira.

O resultado da situação macroeconômica, até 2002, refletiu o chamado “pau na máquina”: *“Vamos botar a máquina para gastar. Vamos deixar o ônus para a geração futura, porque o importante é o momento, é promover um crescimento irreal”*. Assim surgiram diversos planos econômicos, como o Plano Cruzado e o Plano Real, da década de 80 até a década de 90, o que não permitiu um desenvolvimento sustentável — apenas objetivava vencer eleições. Hoje, estamos pagando o resultado disso. Se esse contexto populista permanecesse no Brasil, seria gerado para as gerações atuais e futuras, cada vez mais, um ônus muito maior. Por isso considero correta a política macroeconômica conduzida pelo Governo Federal, por meio do Banco Central.

Não tenho dor de consciência ou filigrana ideológica de acreditar que isso seja neoconservadorismo. Hoje, essas questões ideológicas não estão dentro do debate da política macroeconômica, pois o mais importante para o crescimento do País e para o acesso das populações excluídas a algum tipo de padrão de qualidade de vida é que a economia cresça. E cresça de forma diferente da que foi no passado, quando houve queima das empresas estatais e irrealismo cambial, com a paridade entre o dólar e o real. Nossas reservas cambiais, que desde então não são suficientes, foram queimadas para manter esse artifício em 1998. Buscou-se até o final segurar a paridade cambial para vencer as eleições de 1999, levando a um baixo patamar de reservas em comparação com países como a China e a Rússia, que têm patamares de reserva muito maiores. Seria importante, neste momento em que há desvalorização do real, aproveitar a oportunidade para recompor as reservas internacionais.

A pergunta que faço ao Presidente do Banco Central — a oposição foi embora, e seria importante sua presença para fazer um contraponto — diz respeito à autonomia da instituição. Apresentei projeto de lei complementar sobre o tema. Considero importante essa autonomia para que as instituições republicanas atuem corretamente.

Em 1996, por influência política do Ministério da Fazenda, o Banco Central editou uma carta-circular permitindo, na região de Foz de Iguaçu, mudança nas contas CC-5, tornando possível a instalação de uma verdadeira lavanderia de dinheiro no Brasil. Se o Banco Central tivesse autonomia



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

garantida por lei, certamente a influência do Ministério da Fazenda, naquele momento, na tentativa de atrair capital especulativo para recompor as reservas, a balança de transações correntes, não seria permitida. Isso ocorreu no passado e pode ocorrer no futuro devido à falta de autonomia. A CPI do Banestado, em seu relatório, vai apontar o que estou afirmando neste momento.

O projeto de lei complementar que apresentei, no qual se destaca o Banco Central como autoridade monetária, reafirma seu papel e sua competência de fiscalização. Pode ser criada uma agência de fiscalização do sistema financeiro, pois o nosso é muito concentrado, e para haver competição no sistema de crédito seria interessante desconcentrar o sistema financeiro. Para tanto, é necessário um sistema de fiscalização que permita maior controle, a fim de se evitar situações como a do Banco FonteCindam, Banco Marka, etc., o que levou o País a editar o PROER.

Gostaria de ouvir a opinião do Presidente do Banco Central a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Concedo a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, encaro o desemprego no País como calamidade pública, porque imagino como estaria perante minha família se eu estivesse desempregado. O Governo, liderado pelo Presidente Lula, tem que colocar em primeiro lugar medidas que permitam a queda da taxa de desemprego e só depois nos voltaríamos para o superávit primário, o PIB e a taxa de inflação.

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve tem responsabilidade sobre o controle do emprego; no Brasil, o Banco Central não tem essa responsabilidade legal, mas como a tem exercido, poderia, desde já, se preocupar com isso. É importante ter uma previsão sobre essa taxa. Por exemplo, este ano, diminuiremos 3%; no próximo, 2%. Assim se buscaria o pleno emprego, um dever constitucional previsto no capítulo referente à economia, que parece ter sido esquecido.

Sugiro que a taxa de desemprego seja um parâmetro a ser pensado, pelo menos no mesmo nível de importância que o da taxa de inflação. Aliás, é mais importante a queda da taxa de desemprego do que o controle da inflação, desde que não se chegue à hiperinflação. Este País já cresceu com inflação de 30% ao ano e não quebrou. Quando era funcionário, na década de 70, lembro-me de ter, todo ano, 30% de aumento no salário. Não é esse o crescimento que devemos defender; o crescimento que defendemos é o que distribui renda.

O Senador Suplicy comentou a queda da concentração de renda medida pelo IBGE. Pelo menos está melhorando um pouco a distribuição de renda, o que é um bom sinal e indica que, talvez, o Bolsa-Família e outros programas estejam ajudando.

Acredito, portanto, que a taxa de desemprego deva ser um parâmetro e a queda da taxa de juros deva ser outro. Por mais que os economistas queiram discutir, a taxa de juros aumenta a dívida. Quando há aumento da taxa de juros, há aumento da dívida. A taxa de juros é manipulada de tal forma que permite controlar a inflação e manter o equilíbrio das contas públicas, mas, ao mesmo tempo, para o pagamento dessa dívida, leva ao controle do superávit primário.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Embora seja limitada minha informação sobre economia, reconheço que para o cidadão a taxa de desemprego, a taxa de juros e o *spread* bancário são uma vergonha no País. De acordo com estudo comparativo da FIESP, entre os países da América Latina, a nossa taxa de juros é quase 5 vezes maior. Não tem sentido permitirmos tanto lucro aos bancos, através do *spread* bancário.

Deve haver maior controle. Talvez, nós no Congresso, tenhamos que elaborar leis e aperfeiçoar esse controle, visto que isso não acontece por meio de normas do Banco Central e dos órgãos da Fazenda.

Não farei questionamento a respeito do que foi exposto, apenas sugiro, em nome dos cidadãos e das famílias brasileiras, valorizarmos outros indicadores como a taxa de desemprego, além da taxa de juros e do *spread* bancário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Fonteles.

Concedo a palavra ao Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO ZARATTINI - Sr. Presidente Paulo Bernardo, foi com imensa alegria e satisfação que ouvi hoje, atentamente, o depoimento do Ministro Meirelles.

No final da semana anterior, houve uma reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, e, por unanimidade, o documento foi aprovado — porque também contou com apoio dos Deputados da chamada esquerda do Partido. Creio que esse é o pensamento de todo partido, de toda a bancada: precisamos corrigir a tabela do Imposto de Renda e fazer substancial reajuste do salário mínimo. Pelo seu relato, vejo base segura na economia para alcançarmos essas duas medidas.

Uma segunda questão que quero registrar refere-se ao que todos que estiveram aqui testemunharam, todos os que ouviram, do início ao fim, o depoimento do Deputado Ricardo Fiuza e do Senador Aloizio Mercadante. Não procede o comentário da oposição de que a política econômica do Governo Lula é igual à do anterior. Isso não é verdade. A política econômica do Governo anterior tinha aquilo que o Deputado Ricardo Fiuza falou: rombo. A verdade é que éramos quase um país falido. E foi levado a essa situação por quem? Por figuras como o Sr. Gustavo Franco, que nos primeiros 4 anos do Governo FHC tornou o câmbio paritário, causando enormes prejuízos ao País, e quando as taxas de juros reais eram de 40%, 45% ao ano. A política econômica deste Governo é radicalmente diferente da política do Governo anterior. Por isso está obtendo sucesso, que não é total nem é um dos nossos sonhos, mas é a retomada do desenvolvimento, a criação de 1 milhão e 800 mil empregos.

Infelizmente, o Partido dos Trabalhadores não controla o poder da mídia. Hoje, vemos entrevistas, como a do Sr. Fernando Henrique Cardoso, *no Estado de S.Paulo*, que declarou que o Presidente Lula é incompetente. Diz isso logo ele, que iniciou o Governo com uma dívida interna de 64 bilhões de reais e entregou o País com uma dívida de 866 bilhões — depois de 8 anos de Governo; logo ele, que iniciou o Governo com 2 milhões de desempregados, em 1994, e em 2002 deixou o País com 12 milhões de desempregados. Essa é a situação.

Então, causa-me espécie, Ministro Meirelles, que alguns membros da Oposição venham aqui dizer, com a cara mais lavada do mundo, que um dos pontos mais importantes da política



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

econômica, que está recuperando o País e da qual V.Exa. é um dos operadores, é igual ao do Governo anterior.

Por isso também me preocupam — e quero a opinião de V.Exa. — artigos jornalísticos e entrevistas de assessores e intelectuais do Governo anterior à imprensa, a exemplo do Sr. Pérsio Arida e do Sr. Fábio Giambiagi. Em leitura que não diria ser de uma revista teórica do PSDB, mas de divulgação do pensamento tucano — *Primeira Leitura* —, defendem que é necessário mudar o crédito direcionado, o crédito do BNDES, o crédito do financiamento do Banco do Brasil ao agronegócio, aos 39 bilhões, e tornar livres os recursos para diminuir o *spread*. Ora, não produzirão resultados nessa direção, mas, sim, dificuldades ao nosso desenvolvimento industrial e ao agronegócio.

Gostaria de ouvir a opinião de V.Exa. sobre isso. Sei que podem ter curso discussões desse calibre no Banco Central, sobre o crédito direcionado. Eu acho que deve ser mantido. Devemos colocar os 60 milhões no BNDES para promover desenvolvimento nacional e industrial, progresso das pequenas e médias empresas. Esse é o destino do nosso País e do agronegócio.

A segunda questão que abordo é muito importante, a mesma a que o Senador Aloizio Mercadante fez referência. Um dos pontos altos da gestão de V.Exa. foi a “desdolarização” da dívida interna. Foi muito importante essa medida. Mormente, num único ponto estou de acordo, não com a Oposição, mas com o Deputado José Carlos Aleluia, que aqui falou sobre o problema da economia dos Estados Unidos. Nós temos de ter a menor vulnerabilidade possível. Estou de acordo com o Senador Mercadante no sentido de que devemos intervir no câmbio, “desdolarizando” totalmente a nossa dívida, para que a apreciação do real não seja tão elevada.

Nós temos problemas agora. Por exemplo: a cotação da soja está baixando em virtude da grande safra dos Estados Unidos. Em função desse cenário de incerteza na economia norte-americana e da defesa da indústria brasileira, defendo uma crescente apreciação do dólar na nossa economia, ou seja, a desvalorização do real.

Apresento essas questões a V.Exa. de forma muito clara e objetiva, porque — e está aqui o nosso companheiro Virgílio Guimarães, desde o início participante dos debates da nossa bancada —, quando os juros estavam altos, no necessário índice de 26%, defendíamos que essa política econômica poderia não ser a dos sonhos do PT, mas ela restabeleceria a estabilidade do País, promovendo a retomada do seu desenvolvimento e a geração de empregos. Hoje, é com satisfação que chegamos a essa situação.

Creio que V.Exa., com este depoimento de hoje, tornou-se nosso aliado em questões que evidentemente, neste momento, não são estratégicas em termos de política econômica, mas vitais para o povo e para a classe média, a exemplo da nova tabela do Imposto de Renda para os assalariados e do substancial reajuste do salário mínimo.

Creio que o Presidente Lula está afinado com o pensamento do Diretório Nacional do nosso partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Zarattini.

Com a palavra o Deputado Osório Adriano.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO - Prezadíssimo Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, vou começar minha fala repetindo a frase, que já citei várias vezes no plenário, de um ex-Presidente da República que nos dias de hoje não é visto com muita simpatia. Refiro-me ao Presidente Médici. Durante seu governo, ele disse que o País ia bem, mas que o povo ia mal.

Não estamos longe disso, Sr. Presidente. Vivo em Brasília há 47 anos. Fora o tempo em que estou na Câmara, a minha vida profissional foi a de empresário. Sou engenheiro, mas militei na área empresarial por mais de 40 anos. De modo que, não sendo economista, trago a experiência de vida do nosso País.

Acho que o principal problema continua sendo o desemprego. O povo está sofrendo, e ninguém pode contestar isso. V.Exa. trouxe-nos dados que não se contestam, pois mostram a realidade. São dados importantes. Eu tenho feito até elogios, na Câmara, ao Governo atual e ao Presidente Lula, mas daí a dizer que o povo está bem vai uma distância muito grande. O desemprego ainda é muito grande. E todos nós concordamos com isso.

V.Exa., na última audiência pública de que participou, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, referiu-se ao emprego formal. Entendo, Presidente — desculpe-me se estou errado, mas isso já foi dito aqui também —, que não foram gerados 1 milhão e 800 mil empregos formais. Eu acho que essa não é a realidade. Na minha opinião, o que ocorre é que os trabalhadores informais já estão se transferindo para a formalidade devido ao arrocho financeiro que enfrentam e ao fato de não terem direito a benefício algum. Embora ganhem um pouquinho mais, precisam de atendimento à saúde e aposentadoria, entre outros benefícios. Hoje, todos os índices sociais do País são crescentes; estão melhorando, graças a Deus. O povo está entendendo que somente através do emprego formal obterão vantagens necessárias à família.

V.Exa. é do Estado de Goiás; eu sou mineiro da região do Triângulo. Sabemos que na área rural, hoje, os trabalhadores querem emprego formal. E não adianta mantê-los na informalidade porque depois reclamam direitos na Justiça do Trabalho. Cito também a empregada doméstica, que hoje exige a assinatura da Carteira de Trabalho. Portanto, Sr. Presidente Henrique Meirelles, discordo do crescimento do emprego formal, mostrado como se novas vagas estivessem surgindo.

Nesta semana, com a divulgação dos dados econômicos que nos dão as diretrizes do que está ocorrendo no País, tomei conhecimento de que, em 1991, 0,69% dos consumidores residenciais tinham o fornecimento de energia elétrica cortado por inadimplência; em 2004, o percentual subiu para 2,5%. São informações da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica — ABRADÉE. Sr. Presidente Meirelles, esse é um dado significativo, pois ninguém deixa de pagar a conta de luz. Energia é artigo de primeira necessidade, sem o qual ninguém vive no mundo de hoje.

As dificuldades são muito grandes. Relativamente à renda média do trabalhador, percebi que V.Exa. se preocupou em citar exemplos, mas a realidade é que ela está caindo. E, sem investimentos no País, vai continuar caindo, a despeito das suas explicações sobre a construção civil. A falta de investimentos, os juros altos e a ausência de uma série de medidas que caberia ao Governo tomar farão com que a renda média do trabalhador continue caindo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sempre tivemos a construção civil como o principal setor empregador do País. Por que somente agora isso está fazendo diferença? Não posso concordar com seu ponto de vista. O superávit primário, que retira do País recursos que deveriam ser destinados a investimentos, esse sim, é um dos nossos principais problemas. Quem viaja apenas de avião não vê as péssimas condições das estradas e da infra-estrutura brasileira, de maneira geral, sobretudo no interior do País. Não há o menor investimento em rodovias e estradas vicinais. Reconheço que o Governo tem-se esforçado em buscar dinheiro no exterior, mas terá gasto triplicado em razão do estado das rodovias, que já demandam cuidados há muito tempo, desde o Governo anterior.

Sr. Presidente, entendo ser preciso um pouco de ousadia. Embora tenham sido divulgados números diferentes, segundo o jornal *O Estado de S.Paulo*, o índice de utilização da capacidade industrial instalada é de 75%. Portanto, ainda há sobras nessa área. O Governo fala muito em inflação de demanda, mas a capacidade instalada ainda está aquém dessa preocupação.

Na condição de empresário, acho que é preciso investir no País, para desenvolvê-lo e não deixá-lo na situação em que está. O Governo tem de ousar. Caso ocorra, logicamente sendo um homem competente, V.Exa. será capaz de identificar a aproximação de níveis altos de inflação e realmente preocupantes. No momento, entendo estar havendo apenas exagero de cuidados.

Desculpe-me, Sr. Presidente, se discordo de V.Exa. em alguns pontos, mas esse é o meu pensamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Osório Adriano.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezado Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, parece-nos que a melhor forma de realizar este debate é com o eterno cuidado de não oscilar entre a euforia, de um lado, e a depressão, de outro. Cabe-nos promover um debate que seja mais do que pura e simplesmente elogio ou ratificação dos dados apresentados ou negação absoluta dos fatos.

Vivemos nesta Casa 4 momentos importantes, 3 dos quais presenciais, em que pudemos fazer julgamento mais ampliado das questões econômicas, das taxas de juros, das expectativas de desenvolvimento e da conseqüente gestão do Estado em relação a esses fatores.

Assim como o Presidente do Banco Central, que aqui já esteve em outras oportunidades, estiveram conosco o Sr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal, e o Sr. Joaquim Levy, Secretário do Tesouro Nacional. E realizamos debate próprio desta Casa, sobre o processo orçamentário.

Fiz questão de resgatar as vindas anteriores do Sr. Henrique Meirelles a esta Casa e de comparar todos os dados, que de fato precisam ser cotejados com o último momento dos 4 a que me referi, todos importantes para discutirmos para onde vamos. Refiro-me, especialmente, às Execuções Orçamentárias de 2003 e de 2004, esta em curso, bem como ao projeto que temos em mãos, já votado preliminarmente por esta Comissão, sob a Relatoria do Senador Romero Jucá.

O País concorda com o Presidente do Banco Central, quando diz — e fiz questão de anotar literalmente parte da fala de V.Exa. — “que não há crescimento econômico com inflação elevada”. E é



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

evidente que a inflação corrói o poder aquisitivo da população. Mas talvez devêssemos aditar a essa constatação a de que o Estado “sobreendividado” tem sua capacidade de investimentos sensivelmente comprometida.

Temos ouvido com muita freqüência alusões à tramitação do projeto das Parcerias Público-Privadas. Lembro, porém, que essa já é matéria constitucional regulamentada por lei ordinária. Por que 9 em cada 10 membros da equipe econômica do Governo, do Senado e da Câmara estão tão ansiosos em enfatizar esse ponto? Porque esta Nação é hoje “sobreendividada”.

Dados oficiais disponíveis no relatório do Senador Romero Jucá (pág. 57, Tabela 53), apontam que o estoque da dívida do Governo Central — Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e Mercado — era de 485,8 bilhões, em dezembro de 2001; 1 ano depois passou para 534,1 bilhões; e chegou a 681,5 bilhões, em dezembro de 2003. E estima a Relatoria da Proposta de Lei Orçamentária para 2005 que encerraremos 2004 com uma dívida de 798,5 bilhões e, ao final de 2005, de 954,7 bilhões.

Há algum tempo se dizia que, por gastar mais do que tinha capacidade de arrecadar, o Estado gerava inflação com constante emissão de moeda. Esse quadro não existe mais. Entretanto, os números mostram que se insiste em emitir títulos públicos. Evidentemente, embora o melhor exercício a fazer seja a projeção de cenários, fugindo da euforia absoluta de que, em outras conjunturas — 1994 e 1998 —, esta Casa foi palco; e fugindo também da depressão contestatória, temos de reconhecer que, se chegarmos à totalidade da capacidade instalada, de acordo com o que comentaram vários Deputados, poderemos “bater no teto”, conforme o dito popular.

O que nos preocupa é que, comparada com a Execução Orçamentária de 2003, a proposta orçamentária para 2005 nas áreas de urbanismo, habitação, saneamento e energia — recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social — prevê reduções, a saber: na área de urbanismo, 4,5%; habitação, 50,9%; saneamento, 48,6%; e energia, 11,1%.

V.Exa., Sr. Presidente do Banco Central, e todos nós sabemos que a progressiva recuperação da capacidade de crescimento tem de ser acompanhada por um conjunto de outras variáveis, que não virão num passe de mágica ou num cenário pré-natalino, por obra e graça dos interesses do capital privado ou dos investimentos internacionais. Não se trata de uma relação eletromagnética ou de uma corrente elétrica que se propaga por um fio condutor. Há evidente redução da capacidade de investimento do Estado. Mesmo que cheguemos à consolidação desses patamares que consideramos importante, sem aumento da carga tributária ou sem a criação de novos impostos, poderemos consolidar um aumento salutar da arrecadação. Sem dúvida, mantidas essas variáveis, o aumento da arrecadação será totalmente esterilizado pela maior dotação para o Orçamento de 2005, ou seja, os encargos especiais para o financiamento da dívida.

Sr. Presidente do Banco Central, parece-me louvável e meritório administrar esse conjunto de variáveis e chegar aos referidos patamares. Mas, se não propagamos a nossa vulnerabilidade às oscilações cambiais, estamos a alguns passos de razoável precipício no que se refere às variáveis que deverão evoluir para dar sustentação a essa expectativa de crescimento econômico sustentável. Sem infra-estrutura rodoviária e portuária; sem oferta de energia, de água e de outros insumos; sem correção dos problemas portuários oriundos dos monopólios instalados nos terminais de carga



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

containerizada, fruto de interpretação equivocada da Lei de Modernização Portuária, nº 8.630, todo o esforço de redução do chamado Custo Brasil na logística e na infra-estrutura pode chegar à beira do cais e dar com os burros na água, conforme outro dito popular.

Peço a V.Exa. que pondere sobre a redução da dívida líquida do setor público no montante do PIB. Essa é uma fração. E, para mudar a razão da fração, ou se altera o numerador, ou se altera o denominador, a mais ou a menos. Como vamos garantir que o crescimento econômico redundará numa arrecadação sadia, se a proposta orçamentária, votada preliminarmente nesta Casa, amplia o estoque da dívida pública mobiliária de 681 bilhões — em 2003 — para 954 bilhões? Mesmo reconhecendo que houve saudável esforço, por exemplo, para mudança da composição da dívida em títulos, os juros prefixados, entre o final de 2003 e o mês de junho de 2004, subiram de 12,5% para 16,8%; a Taxa *SELIC* passou de 61,4% para 57,5%; e a variação cambial, de 10,8% para 8,9%.

Tudo isso é louvável. Mas, embora estejamos desnutrindo a composição insegura da dívida pública, ela é ainda obesa frente à capacidade de pagamento do Estado.

Recordo-me de que V.Exa., na última ou penúltima vinda a esta Comissão, apontou cenários em que se estimava para 2011 redução da dívida líquida do setor público em relação ao PIB para o patamar de 44%. O cenário que aponta agora estima para 2008 redução para o patamar de 49%, ou seja, 16 pontos percentuais sobre o PIB de 1994, em relação à porcentagem da dívida líquida do setor público.

Se o País está próximo do nível máximo de utilização da capacidade industrial, com enorme déficit de infra-estrutura para sustentar esse crescimento e com grande incapacidade de pagamento e de provimento da infra-estrutura através de investimentos, poderá haver crescimento no primeiro e no segundo ano, e depois se encerra o jogo. As outras variáveis — capacidade de investimento do Estado e probabilidade de aumento da receita, decorrente do crescimento econômico — estarão esgotadas. Não se aumentará a capacidade de investimento porque o aumento da receita, inclusive o superávit sobre a receita, tem sido esterilizado pelo financiamento da dívida.

Essa era a observação que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Com a palavra o Sr. Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo, Sr. Presidente do Banco Central, gostaria de enfatizar, inicialmente, que nós somos do PT. Agora há pouco ouvi dizerem que não temos Oposição aqui. Lembro que V.Exa. foi eleito pelo PSDB, defendendo a política econômica anterior, do Ministro Pedro Malan, que veio a esta Comissão várias vezes, durante 8 anos. E cansamos de lhe dizer que o modelo econômico era recessivo, que aumentava a dívida pública, o que é verdade, e que queimava patrimônio público.

Julgo criminoso o que foi feito com as estatais brasileiras, com o patrimônio público, para pagamento de juros da dívida durante longo período. Tanto a dívida pública interna quanto a externa cresceram nesse período.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Realmente acho que a Oposição — PSDB e PFL — não tem um discurso contra isso. A diferença que existe entre o Governo anterior e atual é que este não deu continuidade às privatizações. Essa é a verdade. Lembro que o Deputado Fiuza, quando era Constituinte e membro do Centrão, participou de diversos embates sobre privatização, contra o ex-Governador Mário Covas e contra o nosso companheiro Virgílio Guimarães, que agora se encontrou. Os extremos se encontram numa circunferência: o Centrão e o nosso Virgílio, que era esquerdista na época...

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA - Sr. Presidente, não pode haver aparte, mas eu esclareço que propus a privatização das empresas altamente deficitárias e que não eram patrimônio público. Roubaram o povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É necessário refrescar a memória e resgatar a história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. dispõe de 3 minutos. Aproveite-os bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente do Banco Central, sobre o crescimento sustentável, gostaria de dizer que o nosso Governo, ao tomar posse em 2002, tinha enorme crédito político e popular para promover mudança social. E ele não a fez porque apostou na linha indicada pelo Ministro Palocci e por V.Exa.: comprar credibilidade e confiabilidade internacional junto ao mercado financeiro a todo o custo. Isso foi feito radicalmente. Primeiramente, com superávit primário maior do que o solicitado pelo Fundo Monetário Internacional: de 3,75% para 4,25%; agora para 4,5%; e realizando mais de 5%.

Isso é o que se chama de comprar confiabilidade. Qual é o preço disso? Disso não se fala; a política monetária não trata do preço do ajuste fiscal, da falta de saneamento e de educação pública, da má conservação das estradas federais. Disso não se fala.

Há outro modelo econômico possível. Não é verdade que não há outro modelo. Os dogmas são divulgados pela mídia concordante controlada pelo capital financeiro. Não se vê um economista diferencial. Um dos últimos, e o mestre de todos, faleceu outro dia, mas não falava mais. Celso Furtado era planejador e estrategista, alguém que entendia de economia política, mas que não tinha mais abertura na mídia do Brasil. Sabemos quem fala de manhã na *TV Globo*.

Câmbio flutuante é um dogma. Quem fala em câmbio fixo, em controle do câmbio, é louco. E não se pode falar em renegociação da dívida externa. Qualquer país do mundo historicamente fez renegociação ou suspendeu o pagamento da dívida, mas não se pode discutir essa problemática hoje. O controle de capitais que a Malásia fez é dogma. Pelo amor de Deus! Isso assusta investidor!

A Venezuela, depois da crise que enfrentou, está crescendo 13% neste ano, e já houve época em que seu crescimento foi negativo em 10%. A Argentina cresceu 7,8% mais do que o Brasil e teve PIB negativo também. Escolheu outros caminhos: a moratória. Não porque quis, não soberanamente, mas porque não tinha mais como pagar as dívidas.

É possível, sim, mudar o modelo econômico. A idéia de que o atual modelo é o único viável é plantada pelo capital financeiro, que, desculpe-me, acho que V.Exa. representa e bem, de forma competente, Sr. Henrique Meirelles.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Deputado Fiuza, o Governo deveria ter outro tipo de coragem política. Desculpe-me, mas há divergência política aberta.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIUZA - Já demos um calote, e a inflação chegou a 80% ao mês no Governo Sarney.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não estou propondo calote. Eu proponho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Ivan Valente, o seu tempo está encerrado. V.Exa. está querendo debater com o Deputado Fiuza. Peço que encerre sua participação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou concluir.

Acredito, Sr. Presidente Henrique Meirelles, que é possível, sim, com a importância que o Brasil tem e com a sua capacidade atual, trabalhar com outros parâmetros e não supervalorizar somente alguns, a exemplo das exportações. Agora, o preço de nossas *commodities* principais estão em queda.

Há modelo que leva em conta o mercado de consumo interno. Podemos pensar nisso. Podemos baixar o superávit em vez de aumentá-lo; fazer investimento público. Essa, por exemplo, é outra medida possível. E podemos baixar os juros.

Pergunto a V.Exa. qual a sua expectativa em relação à queda dos juros e por que a taxa estagnou e voltou crescer, quando o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse, em reunião do Diretório Nacional, que ela chegaria a 10%. Agora, ela voltou a crescer 1,25%.

Todas essas questões precisam ser esclarecidas. Não vamos obter desenvolvimento sustentável com esse modelo atual: crescem os juros, a dívida pública e, obrigatoriamente, o ajuste fiscal. Não acredito em desenvolvimento sustentável nesse modelo. Isso é questionável. A nossa política monetária impede o crescimento econômico. Estamos fadados a impedi-lo porque não podemos crescer mais de 3%, sob pena de gerarmos inflação. É proibido o crescimento econômico em nosso País!

Não estou pregando explosão inflacionária, mas qual a verdade sobre o crescimento de um país? Por que não se pode ter inflação de 7% ou 8%? Quem disse que é de 50%? Ninguém disse isso. Por que devemos ter inflação de Primeiro Mundo, se este é um país de Terceiro Mundo? Isso é uma farsa.

Deveríamos esclarecer essa situação. Existe, sim, enorme descontentamento frente aos resultados das políticas econômica e monetária. Há exclusão social e empobrecimento no País. Isso precisa ser dito. Precisamos abrir esse debate no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Ivan Valente.

Acatamos aqui duas inscrições: do Deputado Nelson Marquezelli e do Senador Leonel Pavan, que chegou agora.

Informo a V.Exas. que não vamos mais acatar qualquer inscrição. O Presidente do Banco Central vai responder às perguntas dos Parlamentares presentes, porque todos aqui são testemunhas de que vários fizeram indagações e saíram. Então, não faz sentido ficarmos debatendo com quem não está aqui.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com a palavra o Deputado Nelson Markezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente Paulo Bernardo, muito obrigado.

Gostaria de cumprimentar o Presidente do Banco Central, Dr. Meirelles, e sua equipe pelo excelente trabalho que têm feito. A herança recebida do Governo anterior é incalculável, e V.Sas. fizeram milagre para conquistar o reconhecimento que temos hoje dos mercados internacional e brasileiro, preparando o País para um crescimento que virá, sem dúvida alguma. O caminho é esse, a política é essa.

Na condição de exportador, estou preocupado com a queda do câmbio. Acredito que o Banco Central poderia atuar mais firmemente para não deixar o câmbio cair tanto, principalmente neste momento em que o preço das *commodities* está baixíssimo, e os custos internos estão muito altos. Precisamos administrar um pouco melhor o câmbio, na minha visão.

Parabéns à equipe pelo trabalho. Creio que conquistamos uma posição respeitável no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Nelson Markezelli.

Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. SENADOR LEONEL PAVAN - Sr. Presidente Paulo Bernardo, nosso amigo, infelizmente não pude participar do início desta reunião em virtude de uma consulta médica.

Ao vir para cá, ouvi a intervenção do meu amigo Ivan Valente. Posso chamá-lo de amigo porque fomos Deputados da mesma Legislatura e o admiro muito. Admiro-o muito mais porque não mudou de posição, continua com o mesmo pensamento.

Como pedi apenas 1 minuto, vou aproveitar as palavras do Deputado Ivan Valente.

Competentíssimo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, continuamos a ter por V.Exa. a mesma admiração que tínhamos antes. Sabíamos que, da mesma forma como defendia a economia do nosso País antes, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, certamente a defenderia agora.

A minha pergunta é objetiva: Henrique Meirelles mudou o pensamento de Lula, ou Lula mudou o pensamento de Henrique Meirelles? Se um não mudou o outro, a economia é a mesma do passado. Ou Lula mudou sua opinião em relação ao que defendia no passado, ou Henrique Meirelles mudou sua opinião. Alguém deve ter mudado.

Essa é a pergunta que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Senador Pavan, pela pergunta bem objetiva que formulou ao Presidente do Banco Central.

Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles para responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Sr. Presidente, começo respondendo à pergunta do Deputado Wasny de Roure, em relação aos resultados do Banco Central transferidos para o Tesouro Nacional.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Banco Central, no período 2003/2004, até o primeiro semestre de 2004, teve um resultado positivo de 34 bilhões e 100 milhões de reais. Pequena parcela desse valor foi incorporada às reservas, para reforço do balanço, e foram transferidos ao Tesouro Nacional 32 bilhões e 100 milhões de reais.

Em relação à segunda pergunta de S.Exa., sobre o patamar de dolarização, eu diria que o percentual da dívida total doméstica do Brasil, que estava indexada ao dólar, no final de 2002 era de 33,5%; no final de 2003, de 20,5%; em outubro de 2004, de 10,2%. Portanto, houve diminuição substancial.

Em relação ao acordo com o Fundo Monetário Internacional, o que temos declarado é que o Brasil tem condições de considerar a hipótese de não renová-lo. Os fundamentos da economia brasileira são muito sólidos. O País diminuiu em muito a sua vulnerabilidade internacional.

Não vou repetir todos os dados aqui mencionados. Evidentemente, a decisão final do Governo em relação a esse assunto será tomada no devido tempo.

À pergunta sobre a taxa de juros no próximo ano responderia que o Banco Central não pode, por dever de ofício, anunciar decisões futuras, inclusive porque não as tomou ainda, mas o fará no devido tempo.

Se considerarmos um prazo mais longo em relação às taxas de juros de mercado, poderemos dizer que, em geral, segundo mostra a experiência, na medida em que se estabilize e se confirme a estabilidade de preços e que a convergência da inflação para as metas continuem, certamente o risco tenderá a cair e, em conseqüência, com esse círculo virtuoso da economia brasileira, teremos condições de vislumbrar taxas menores no futuro.

O Deputado Virgílio Guimarães faz analogia muito interessante com a fisioterapia. Acho de fato uma boa analogia. Eu mesmo, após sofrer um acidente, tive de operar o tornozelo e fazer fisioterapia. Comecei a caminhar, certamente devagar. Não tentei correr nem entrar na maratona no primeiro dia. É processo semelhante que a retomada do crescimento demanda. Vamos dando um passo atrás de outro, devagar. São todas essas variáveis que descrevemos. O importante é que a musculatura do País está cada vez melhor, ou seja, os índices estão cada vez melhores. Isso vale para a formação bruta do capital fixo, vale para a geração de emprego, vale para todos os demais indicadores.

Em relação às observações do Deputado Ricardo Fiuza, agradecemos a manifestação de suporte.

Quanto à participação e às declarações do Deputado Nazareno Fonteles, afirmo em primeiro lugar que respeitamos muito o fato de S.Exa. considerar o desemprego uma calamidade pública. Não há dúvida de que o desemprego tem de ser perseguido de forma muito forte pela política econômica; não há dúvida de que a finalidade de qualquer política econômica é o aumento da geração de emprego e a maior aproximação possível do pleno emprego.

Em relação às prioridades, seja o desemprego, seja o crescimento com distribuição de renda, seja o controle da competição bancária, diria que são todos objetivos de política econômica. Agora, cada órgão do Governo tem a sua missão fundamental. Não podemos confundir o quadro. De novo



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

faço analogia, agora com o futebol de várzea, no qual às vezes vemos o ponta-direita correr para o gol, etc. Num bom time de futebol, cada um joga muito bem na sua função, de acordo com o espírito solidário de equipe, evidentemente colaborando com os outros. Quero dizer com isso que a função principal do Banco Central, para que todos esses objetivos se materializem, é conquistar a estabilidade de preços no arcabouço de metas de inflação definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Não há dúvida: a experiência do Brasil, juntamente com a de outros países, mostra com clareza que a baixa inflação é condição necessária para o crescimento e a geração de emprego. A história do País mostra isso. A inflação dos últimos 12 meses é de 6,9%, e estamos crescendo a taxas vigorosas.

Portanto, é muito importante dizermos que o Banco Central tem de cumprir a sua função básica e principal, mas evidentemente cuidar da política macroeconômica como um todo. A finalidade última sempre será crescimento econômico, geração de emprego e de riqueza. Passando às observações do Deputado Osório Adriano, sobre empregos formais *versus* empregos informais, gostaria de dizer que pesquisa do IBGE mostra que no ano de 2004, se somarmos empregos formais e informais, houve crescimento de 13%. Esse é o dado mais importante. Não vou entrar na controvérsia da questão do emprego formal *versus* informal. Vou apenas dizer que o emprego no Brasil está crescendo, e isso é muito importante.

Em relação à questão da inadimplência nas contas de luz, diria que realmente é um dado a ser analisado. A inadimplência é em função de diversos fatores, não apenas da questão do crescimento. É decorrência inclusive dos índices de reajustes de preço, que são usados naquela área específica, e também de outras questões. Quer dizer, é um dado importante, mas não determinante, digamos assim. É algo que deve ser usado como diversos outros indicadores sobre o assunto.

Em relação à questão do superávit primário, que tem sido muito mencionado, diria que sua grande questão diz respeito ao fato de que, na medida em que há um superávit primário consistente, na medida em que a relação dívida sobre produto, o endividamento com percentuais do produto não esteja crescendo, mas decrescendo, teremos uma diminuição dos prêmios de risco. Isso vai levar, a médio prazo, à diminuição das taxas de juros e, em última análise, a um crescimento maior. Levando a um crescimento maior, existe aumento da arrecadação; existindo um aumento da arrecadação certamente haverá melhores condições de investimento, inclusive de investimento público.

No momento em que começamos a apostar na escassez, Deputado, no instante em que diminuimos o crescimento e tentamos gastar com dinheiro público acima das nossas possibilidades, o que vai acontecer certamente é que a arrecadação pública do País cresce menos, e entramos aí num círculo vicioso. Precisamos inverter, e invertemos. Felizmente a arrecadação pública está crescendo e certamente o Brasil cada vez mais dará condições não só de investimento privado, mas também público. V.Exa. tem toda a razão, não há dúvida de que o investimento público é absolutamente fundamental, tal qual o investimento privado. O que precisamos de novo é botar a



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

máquina do crescimento para andar na direção correta onde estamos gerando emprego, arrecadação e investimentos também em infra-estrutura.

Em relação ao posicionamento do Deputado Paulo Rubem Santiago, foi uma mensagem muito interessante sobre a questão da euforia *versus* depressão. Na verdade, essa é uma visão que o Banco Central tem também, Deputado. Existe um clima de euforia, muitas vezes, inclusive dos mercados, e o Banco Central é visto como cuidadoso etc. E falam: “*Não, mas o Banco Central está preocupado com...*”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Mas V.Exa. estava bem eufórico no começo da sua explanação.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Por outro lado, Deputado, em determinados momentos, em que existiam euforias talvez desnecessárias, o Banco Central disse: “*Vamos de vagar, vamos tomar cuidado, que existem alguns riscos*”. Em resumo, é muito importante essa posição de balanço.

Num momento como este, em que a economia está crescendo, é importante mostrar isso com clareza. Mas também, Deputado, mantivemos uma posição equilibrada no seguinte aspecto: em nenhum momento dissemos que poderíamos abandonar os controles, o superávit primário, a perseguição implacável das metas de inflação. Não, achamos que tem que haver uma posição balanceada. O que estou mencionando é que muitas vezes, quando as pessoas estão eufóricas, acusa-se o Banco Central de estar muito conservador. E quando as pessoas estão muito pessimista, acusa-se o Banco Central de estar muito otimista. O que é normal, o que é importante é saber que essa é a postura de um Banco Central.

V.Exa. usou outras expressões também muito importantes, muito caras ao Banco Central. V.Exa. falou: “*tomar cuidado para não bater no teto*”. V.Exa., lendo as atas do Banco Central, vai ver que ele também entrega essa mensagem, que precisamos dar tempo à economia de fazer os investimentos necessários, para, por euforia, não batemos no teto e entrarmos em depressão. Quer dizer, essa ciclotimia, que muitas vezes o Brasil viveu é uma característica que devemos evitar, e o Banco Central está exatamente tomando muito cuidado com isso. Em resumo, Deputado, é aquilo que chamamos da manutenção do crescimento sustentado, um crescimento todo o ano, não um crescimento apenas em um ano e não nos seguintes.

Em relação à questão da dívida, já fiz alguns comentários sobre isso, mas gostaria de novamente enfatizar, fazendo uma avaliação. O importante na dívida é não olharmos apenas o momento, mas olharmos um caminho. E no momento, como eu mencionei, o endividamento começa a cair, em vez de subir. As taxas de risco caem, a confiança aumenta, e isso faz com que o País cresça mais, como já está acontecendo. Existe mais disponibilidade de recursos para o consumo das famílias e para o investimento das pessoas e das empresas. A economia crescendo mais, a arrecadação também cresce mais. E crescendo mais a arrecadação, gera-se mais recursos. É o chamado círculo virtuoso da economia. É nisso que nós estamos ingressando.

Agora, eu sei que é muito difícil começar esse processo, Deputado. O meu avô já dizia que — e eu suponho que V.Exa. já tenha ouvido muito essa expressão — “*em casa que falta pão, todo*



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

mundo reclama e todo mundo tem razão". Portanto, é importante que nós saíamos dessa situação e que nós possamos de fato entrar num círculo virtuoso de crescimento sustentado.

Gostaria apenas de dizer a V.Exa. que todos os indicadores mostram que entramos nesse círculo virtuoso. Contudo, não há dúvida de que precisamos ter mais investimentos em infraestrutura, transporte, portos, ferrovias, nos geradores de energia elétrica. Também precisamos de mais investimento industrial, comercial, na saúde, na educação. Ora, investimento em educação é fundamental, mas para tudo isso é preciso haver a geração de recurso, para que não façamos aquilo que o Deputado, com muita precisão mencionou, *"bater no teto"*.

Em relação às observações, aos comentários do Deputado Ivan Valente, digo que achamos o debate legítimo, respeitamos muito as opiniões divergentes, as visões diferentes da economia e dos modelos do ajuste econômico. Agora, eu diria, do ponto de vista da nossa observação, que o dilema que existiu durante muito tempo no debate econômico do Brasil sobre estabilidade *versus* crescimento — isto é, dizia-se que o Brasil estava estável do ponto de vista da inflação, mas que não estava crescendo — não mais existe. Se sairmos daquele momento específico e olharmos não só para o passado, mas para a situação atual, vamos verificar que o Brasil teve inflações altíssimas na década de 80, mas não cresceu suficientemente. Quer dizer, a inflação alta não levou ao crescimento, como foi mencionado. A inflação alta não leva país algum ao crescimento. Nós tivemos períodos de estabilidade sim, com âncora cambial, principalmente, mas com crescimento mais baixo.

Felizmente, Deputado, acho que o senhor pode, de fato, na minha modesta opinião, ficar esperançoso. E eu acredito que nós podemos conversar sobre isso no futuro. Espero que possamos voltar a trocar idéias, porque eu acho que está ficando cada vez mais claro que esse paradigma mudou. O Brasil está crescendo agora. A inflação, nos últimos 12 meses, foi de 6,9%. No entanto, em 2004, o Brasil já cresceu 5,3. Quer dizer, não existiu esse "limite" que alguns atribuem ao Banco Central: *"Ah, passou de 3%, o Banco Central não gosta"*. Não é nada disso, Deputado. Nós precisamos é criar as condições para — usando a expressão — que o Brasil *"não bata no teto"*. Isto é, criar condições para que esse desenvolvimento continue, e continue de forma sustentada.

Eu vou perguntar ao Sr. Presidente se já posso terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Pode. Mas há uma indagação do Deputado Nelson Marquezelli e uma outra pergunta, difícil de responder, do Senador Leonel Pavan.

Quero pedir aos Parlamentares membros da Comissão de Orçamento que assinem o livro. Nós temos uma reunião prevista para às 15 horas. Evidentemente, vamos ter de conversar com os membros para ver como será a continuidade dos trabalhos.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu notei, na convocação, que esta seria também uma reunião não apenas da Comissão Mista de Orçamento, da Comissão de Economia da Câmara, mas também incluiria as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado, e de Fiscalização e Controle. É esse o mesmo entendimento? *(Pausa)*.

Então, eu quero apenas registrar que achei muito positivo que o Presidente Henrique Meirelles e o Ministro tenham vindo às nossas Comissões. Conforme eu próprio havia expresso ao



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente Henrique Meirelles, tinha certeza de que ele iria poder apresentar resultados tão significativos da economia e que, por todos, seria respeitado aqui no Congresso Nacional.

Portanto, eu queria apenas lembrar o diálogo que tive naquele momento com V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES - Para responder as outras perguntas e encerrar, eu me dirijo em primeiro lugar ao Deputado Nelson Markezelli, para agradecer-lhe as palavras de suporte, as palavras elogiosas.

Em relação à questão colocada pelo Senador Leonel Pavan, eu diria que o Senador mudou o Brasil para melhor. O Brasil está crescendo; o Brasil hoje está com saldo comercial; o Brasil hoje está com saldo de conta corrente; o Brasil está gerando emprego, está aumentando investimento; o Brasil está na direção, de fato, de resolver, de forma sustentada, os seus problemas fundamentais; a arrecadação pública está crescendo. Em, resumo, Senador, o Brasil está mudando, estamos mudando todos. O importante é não estarmos fixados em opiniões de cada um no passado, mas estarmos preocupados com o Brasil e o povo brasileiro, e é por isso que fico feliz de ver aqui nas Comissões e no Congresso essa preocupação com o Brasil.

Em relação à observação final do Senador Eduardo Suplicy, diria que prestei atenção. Não apenas prestei atenção, Senador, como também observo os resultados.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a audiência, agradecendo a presença a todos os membros das Comissões. Às 15h vamos nos reunir para resolver o que faremos na seqüência da reunião

Está encerrada a sessão.